



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/12/2024 a 31/12/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/60

220.2024	Sessão Ordinária - CD	03/12/2024-16:12
Publ.: DCD - 04/12/2024	Zé Neto-PT -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da reforma tributária, que já passou pela Câmara e foi aprovada com grande celebração, e agora aguarda a primeira etapa no Senado, que trata da parte de consumo. Enfatizou que o Brasil está dando um passo importante para se alinhar com outros países que já adotaram o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Ressaltou que, embora a reforma tenha sido discutida e evoluído bastante, a falta de progresso recente no Senado é preocupante, e pediu que o Parlamento, os partidos e o Governo retomem com urgência o foco nesse tema, dado o impacto positivo que a reforma pode trazer para o país.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para um tema que está ficando esquecido nesta Casa, neste Parlamento, tanto no Senado como na Câmara: a reforma tributária.

Nós aprovamos nesta Casa a reforma tributária, fizemos uma grande festa, uma festa, principalmente, do Parlamento. Ouvimos a sociedade, discutimos e evoluímos muito. De 194 países, 176 já têm o IVA. Nós demos um passo para termos o IVA nacional e demos um passo importante para fazer com que o Brasil se incluísse, de forma definitiva, neste novo mundo, nesta nova economia e nesta nova dinâmica fiscal e tributária.

A previsão era que viesse do Senado para cá a primeira etapa da reforma tributária, a parte de consumo, no dia 4, para encerrarmos esse capítulo aqui na Câmara. Infelizmente, não chegou.

Sr. Presidente, está na hora de o Parlamento — a Câmara principalmente —, os partidos, as Lideranças e o próprio Governo caírem de cabeça nesse tema novamente, focando a reforma tributária, que é um ganho extraordinário para o



nosso País.

Documento 2/60

222.2024	Sessão Ordinária - CD	04/12/2024-15:52
Publ.: DCD - 05/12/2024	Arnaldo Jardim-CIDADANIA -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou o avanço do cooperativismo em 2023, destacando o crescimento significativo nos setores de crédito, agro, educação e saúde. Ressaltou a garantia de respeito ao ato cooperativo na reforma tributária e pediu o apoio dos colegas Parlamentares para promover as ações do Ano Internacional das Cooperativas, proclamado pela ONU para 2025. Afirmou que, em parceria com a Aliança Cooperativista Internacional e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), continuará fortalecendo o cooperativismo, enfatizando seu papel na promoção do desenvolvimento, redução das desigualdades e maior justiça social.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Usarei rigorosamente o tempo de 1 minuto, Deputado Gilberto Nascimento.

Eu gostaria, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo — FRENCOOP, de saudar este como um ano virtuoso para as cooperativas, ante o crescimento do cooperativismo de crédito de forma muito acentuada, o cooperativismo, já tradicional, do setor do agro, que avançou de forma significativa, tal qual ocorreu com o setor da educação e o da saúde. Nós garantimos, na reforma tributária, respeito ao ato cooperativo.

Quero, finalmente, Sr. Presidente, pedir a colaboração de todos os Deputados e Deputadas, diante da proclamação, pela ONU, do ano de 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas. Nós vamos seguir, com a Aliança Cooperativista Internacional, com nossa Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, no Brasil, comemorando e fortalecendo nosso cooperativismo, que promove o desenvolvimento, com diminuição das desigualdades, distribuição de renda e justiça para todos.

Viva o nosso cooperativismo!

Viva 2025, o Ano Internacional do Cooperativismo!



Documento 3/60

226.2024	Sessão Ordinária - CD	09/12/2024-18:44
Publ.: DCD - 10/12/2024	Reginaldo Lopes-PT -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou o relatório do Senador Eduardo Braga ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que trata da regulamentação da reforma tributária. Ressaltou, entre as principais inovações do relatório, a devolução de impostos para pagamento de telefonia e internet através de cashback para 94 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Além disso, celebrou a ampliação do redutor social no aluguel, de 400 para 600 reais, para as pessoas de menor poder aquisitivo e as contribuições para a classe média popular, incluindo descontos em matrículas escolares e serviços de saúde. Por fim, destacou a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o aperfeiçoamento do pagamento parcelado, considerando a reforma moderna, progressiva e benéfica para toda a sociedade.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, foi com alegria que o Parlamento brasileiro recebeu hoje do nosso querido Senador Eduardo Braga o relatório sobre a reforma tributária, sobre a sua regulamentação. São boas as notícias. O trabalho do Senador, de forma brilhante, com toda a sua equipe, traz alguns ganhos que, na minha opinião, são extremamente importantes para toda a sociedade brasileira.

Garante a devolução de valor de impostos, através de *cashback*, para 94 milhões de pessoas que fazem parte do CADÚNICO. Essa devolução se refere a pagamento de serviços de telefonia, que é essencial no século XXI, e de Internet. Isso é fundamental para acesso ao Governo Digital, a políticas públicas, a formação profissional e educacional. É um instrumento de aprendizado, de socialização. A Internet é, com certeza, juntamente com a telefonia, um bem essencial no século XXI. Portanto, quero reconhecer que é uma bela contribuição. No que depender da nossa liderança, vou defender 100% desse *cashback*, dessa devolução ao povo brasileiro.

Houve também outras contribuições superimportantes, como, por exemplo, a ampliação do redutor social no aluguel para as pessoas de menor poder econômico, de 400 reais para 600 reais. Acho que isso também é justo. Políticas públicas, no caso do Estado brasileiro, ainda não foram eficientes para garantir dignidade a todos e o direito sagrado à moradia. Permitir um redutor,



ou seja, não tributar o aluguel desses brasileiros e brasileiras, é extremamente importante.

A reforma tributária, no seu todo, inclusive com a criação do IVA — Imposto sobre Valor Agregado, vai produzir mais riqueza para o povo brasileiro. Estamos fazendo uma reforma moderna, uma reforma tecnológica. A implementação do *split payment* é fundamental para garantir essa redução da carga tributária. Essa é uma reforma popular. É uma reforma de impostos indiretos sobre o consumo. Vai haver transparência. O imposto será cobrado por fora. Acima de tudo, será uma reforma progressiva, ou seja, quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos, com a devolução relativa ao *cashback*. Essa reforma dialoga com toda a sociedade.

Toda a sociedade brasileira, Presidente, vai ter alimentos na mesa sem nenhuma tributação no caso da cesta básica nacional. Isso é fundamental para o povo brasileiro, que é um povo de baixa renda média.

A reforma também vai ser necessária para a classe média popular, que tem 16 milhões de estudantes na escola pública. Haverá um desconto de 60% na matrícula do aluno na escola privada. Os serviços de saúde também terão imposto reduzido em 60%. Isso é fundamental para o funcionamento do plano de saúde. Essas são ações complementares ao Sistema Único de Saúde. Já o transporte urbano, semiurbano e metropolitano terão alíquota zero, e o interestadual, uma redução de 40% em alíquotas.

Parabéns, Senador Eduardo Braga!

Vamos votar na Câmara dos Deputados essa reforma.

Documento 4/60

226.2024	Sessão Ordinária - CD	09/12/2024-18:04
Publ.: DCD - 10/12/2024	Zé Neto-PT -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou os avanços econômicos do Brasil, destacando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a redução da pobreza e o aumento da ocupação de postos de trabalho, sob a liderança do Presidente Lula e do Ministro Haddad. Criticou a alta taxa de juros, a dependência do País do setor financeiro e do capital especulativo. Ressaltou a importância da votação pelo Parlamento da regulamentação da reforma tributária, que considera fundamental para o desenvolvimento econômico. Apelou para um diálogo responsável e equilibrado na Câmara dos Deputados, buscando a defesa do



mercado interno e o bem-estar dos trabalhadores, e criticou aqueles que, em nome da Direita, se opõem às políticas econômicas sem apresentar soluções.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os dados da economia do nosso País são por demais positivos.

O nosso PIB cresce, neste último trimestre, até mais do que o PIB da China. Vamos fechar em alta. Nós temos o menor índice de pobreza e de extrema pobreza desde 2012. Tudo isso é puxado por ocupação de postos de trabalho, com o menor índice de desemprego da história recente do nosso País.

Além disso, temos também no Brasil um grande programa de atendimento e de benefícios sociais, o que tem gerado evidentemente esse processo amadurecido de crescimento da nossa economia e de melhoria dos índices sociais.

Este ambiente é por demais salutar para qualquer país do mundo. Porém, no Brasil, o mercado diz que não está concordando com a direção econômica do País.

Sr. Presidente, nós pagamos juros extorsivos de uma dívida absurda — no mundo, nenhum país paga o que nós pagamos. Nós temos uma política de juros altamente escorchante. Nós temos neste País uma dependência do setor financeiro e do capital especulativo acima da que existe em quaisquer das grandes nações. Com todas essas oposições, com todas essas dificuldades, com todos esses obstáculos, o nosso País alcança os resultados, conduzido pelo Presidente Lula, pelo nosso Ministro Haddad. Esta Casa e o Senado tiveram maturidade para tratar, com responsabilidade, da causa econômica, da questão tributária, da questão fiscal. Isso nos trouxe a uma vitória parcial, eu diria, neste ano. Agora, no fim do ano, podemos entregá-la de forma plena. Refiro-me à reforma tributária.

Sr. Presidente, esta Casa precisa entender mais sobre política no sentido civilizatório, de haver equilíbrio, de fazer da mesa e do diálogo a pedra de toque e, com muita responsabilidade, deixar que os extremos ideológicos fiquem de lado, a fim de que possamos compor um caminho para a nossa economia, para os trabalhadores, para as trabalhadoras, que são a mola mestra de qualquer economia do mundo. Não existe país rico com muitos pobres.

Se diminuirmos a pobreza, criamos mais oportunidade; se diminuirmos a pobreza, melhoramos o mercado interno de consumo; se diminuirmos a pobreza, melhoramos os índices sociais, educacionais. Nós temos que pensar nisso de forma grandiosa. Às vezes, eu vejo aqui aqueles que se denominam de direita, nacionalistas, em defesa da família! Esses mesmos que se autodenominam iluminados são os que mais batem na política econômica, não apresentam soluções e torcem para que o tal mercado vença o cabo de força com esta Casa e com o Brasil. Eu digo "com esta Casa" porque o mercado trafega em horizontes muito obscuros e ajuda, por exemplo, neste momento, com essa tensão que se faz ao Governo por conta do pacote econômico. Aliás,



o pacote econômico é justo. É preciso resolver algumas questões. Por exemplo, não tem que mexer no BPC, tem que deixá-lo como está e até melhorá-lo. Deve-se manter a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Há questões cruciais e outras que vão ser modificadas nesta Casa.

Sr. Presidente, em menos de 2 semanas, vemos o dólar pipocar, como pipocou, avançar, como avançou, porque os setores financeiros especulativos deste País não concordam em ver o Brasil andar de forma serena e oblíqua, no sentido do seu desenvolvimento econômico-social.

Esta Casa tem poucos dias para, com muita responsabilidade, retomar o debate sobre a reforma tributária, trazer do Senado para cá o primeiro texto, pelo menos, e entregar ao Brasil, no fim do ano, um texto. Não é o ideal, como também não era ideal o do arcabouço fiscal, como não era ideal o texto da reforma que foi aprovado aqui. É o possível, é o que vai nos tirar, neste momento, desse problema grave, que é esse manicômio tributário em que vivemos. É preciso tentar, com isso, chamar aqueles que se dizem nacionalistas para defender o mercado de consumo interno, o mercado do dia a dia das pessoas, não esse mercado financeiro especulativo, que não tem nenhuma responsabilidade com os rumos e com o desenvolvimento real do nosso Brasil.

Era isso.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento vá para o programa *A Voz do Brasil*.

Documento 5/60

229.2024	Sessão Ordinária - CD	10/12/2024-14:56
Publ.: DCD - 11/12/2024	Átila Lins-PSD -AM	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou preocupação com a tramitação acelerada de projetos de lei e propostas de emenda à Constituição relacionados a cortes de gastos, destacando a falta de debate e a ausência de Relatores designados. Criticou o impacto dessas medidas sobre as camadas mais pobres da população. Também mencionou o avanço da reforma tributária no Senado, sob relatoria do Senador Eduardo Braga, e sua provável devolução à Câmara, para apreciação de alterações realizadas no Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências. Destacou a importância de aprovar uma reforma tributária moderna ainda em



2025, enfatizando sua relevância após décadas de espera.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para manifestar, mais uma vez, a minha preocupação com os projetos de lei que tramitam nesta Casa, inclusive uma proposta de emenda à Constituição que patrocina corte de gastos no Brasil. Estou preocupado com a falta de maior debate. Não saber quem são os Relatores desses projetos encaminhados pelo Poder Executivo, para que possam exatamente aprimorá-los, deixa-nos muito preocupados.

Tenho receio mesmo que, de afogadilho, se queiram aprovar projetos importantes para o País, reconheço, mas que também causam transtornos para muitas camadas da população brasileira, inclusive as camadas mais pobres, formadas por pessoas que realmente precisam e estão sendo frontalmente atingidas nesses projetos. Não temos nem com quem dialogar. Não há Relatores designados, não sabemos quem vai examinar a matéria. Enfim, tenho receio de que, na próxima semana, porque esta semana já está suspenso o debate sobre o corte de gastos, com apenas 4 dias de reuniões, tenhamos de examinar projetos tão importantes para o Brasil.

Por outro lado, quero registrar aqui o trabalho do Senador Eduardo Braga, do Amazonas, nosso Estado, que está praticamente concluindo o exame dos projetos da reforma tributária, já apreciados por esta Casa e que agora estão sofrendo análise no Senado Federal. O projeto está sendo debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senador Eduardo Braga já apresentou seu relatório e apresentou algumas modificações. Em função disso, essas propostas deverão retornar à Câmara na semana que vem para a deliberação dos Srs. Deputados, já que vamos ter que examinar as alterações feitas pelo Relator no Senado Federal.

Mas eu quero crer, Sr. Presidente, que o Brasil terá, a partir de 2025, uma reforma tributária. Já estou nesta Casa há mais de 35 anos e há muitos anos nós todos aguardamos que o País tenha uma reforma tributária moderna, que possa realmente trazer os benefícios que a população espera. Entendo que, mesmo a despeito de esta Casa ter que se manifestar sobre as alterações feitas no Senado pelo Relator Eduardo Braga, vamos examinar na próxima semana a reforma tributária, para que possamos encaminhar à sanção do Poder Executivo os projetos de lei complementar que a regulamentam, através de emenda constitucional.

É essa a expectativa neste fim de período legislativo, Sr. Presidente. Solicito a V.Exa. que determine a divulgação, no programa *A Voz do Brasil* e nas redes de comunicação desta Casa, de manifestação que faço nesta tarde na tribuna da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.



Documento 6/60

232.2024	Sessão Ordinária - CD	11/12/2024-15:28
Publ.: DCD - 12/12/2024	Zé Neto-PT -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da reforma tributária sobre o consumo, cuja aprovação no Senado está próxima. Ressaltou os benefícios da proposta, como a simplificação do sistema, a redução do contencioso fiscal e do Custo Brasil, além do potencial de crescimento do PIB em até 20% nos próximos 10 a 15 anos. Afirmou que a reforma desonerará exportações, investimentos e a cesta básica, beneficiando as classes mais pobres. Frisou que, embora não seja ideal, a reforma representa um avanço necessário para modernizar o sistema tributário e tornar o Brasil mais competitivo internacionalmente.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos hoje vivendo um dia importante. Tudo indica que o Senado vai entregar, ainda nesta semana e já votada, uma etapa importante da reforma tributária, a reforma tributária sobre o consumo. É preciso estabelecer claramente por que nós queremos e devemos ter outro horizonte tributário para o nosso País.

O Brasil vive um momento único, Deputado Sidney, e precisamos dar esse passo. Se me perguntarem se isso é o ideal, vou responder que não é o ideal, mas é o que nós temos que dar.

Vamos melhorar o incremento adicional do PIB em até 20% ao longo desses 10 anos, 15 anos. Vamos ter uma drástica simplificação das obrigações acessórias e uma redução do contencioso fiscal no País. São 1.500 horas das empresas com gastos, logísticas e administração na apuração tributária. Temos um passivo de mais de 5,5 trilhões de reais. Vão ser reduzidos esses passivos todos, porque vamos ter uma redução no estoque de processos desse contencioso. Vamos ter uma redução do Custo Brasil, que não é um custo de Governo, é um custo do Estado brasileiro, de todo o setor produtivo. Isso será na ordem de 280 bilhões de reais a 320 bilhões de reais. Teremos uma melhoria substancial na posição do País no cenário de classificação de ambiente de negócio internacional. Essa melhoria é importante para o Brasil.

Hoje, nós estamos na posição 184 — imagine! — do ambiente de negócio internacional em função de um sistema tributário totalmente defasado e, diria também, de um sistema tributário arcaico.

Nós precisamos pensar na reforma tributária, porque ela vai trazer a



desoneração das exportações, com redução drástica de resíduos tributários na cadeia produtiva. Isso é um passo decisivo que só o IVA consegue fazer.

Essa desoneração tributária dos investimentos também é importante, porque cria a alíquota zero na devolução imediata do crédito na aquisição.

E vamos ter o fim da guerra fiscal, que é um dos maiores problemas que enfrentamos hoje no País.

Também vamos ter subsídios orçamentários mais transparentes, para reduzirmos as desigualdades regionais. Nós precisamos tratar esse assunto com clareza e com altivez.

Vamos ter uma redução da concentração de renda, com mecanismos bem próprios, para a desoneração tributária das classes mais pobres. Vamos ter também a desoneração da cesta básica e vamos dar passos decisivos para melhorar a condição dos que mais precisam e o ambiente de negócio no Brasil, Sr. Presidente.

Portanto, precisamos nos concentrar nesta Casa, na semana que vem, para entregar ao Brasil uma reforma tributária que não é só de Governo — ela é também de Governo —, mas também é de Estado e é fundamentalmente uma construção desta Casa Legislativa junto com o Senado e a sociedade, que pôde participar, principalmente através do grupo de trabalho que entregou um trabalho muito bom.

Precisamos fazer com que essa reforma tributária chegue ao seu fim com grandeza.

Repito e encerro minha fala: não é a reforma que nós queríamos nem é a ideal, mas é a que nós podemos fazer, é a que nós precisamos e é o passo que deve ser dado no sentido de encaixar o Brasil definitivamente, de forma adequada, nessa competitividade internacional e nessa garantia de mercado interno, para que o nosso setor produtivo possa produzir e nossas trabalhadoras e nossos trabalhadores possam viver melhor.

Documento 7/60

232.2024	Sessão Ordinária - CD	11/12/2024-15:44
Publ.: DCD - 12/12/2024	João Daniel-PT -SE	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou o aumento do preço dos alimentos e as medidas do



Governo Federal para reduzir a inflação no setor. Destacou a isenção da cesta básica na reforma tributária, medida que deverá diminuir os custos para a população. Elogiou o programa Arroz da Gente, do Governo Lula, que visa fortalecer a produção nacional de arroz com políticas estruturantes, como fornecimento de máquinas, equipamentos, sementes e armazenamento. Ressaltou que o programa beneficiará diversos Estados, incluindo Sergipe, com destaque para oito Municípios do Baixo São Francisco.

O SR. JOÃO DANIEL (Bloco/PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Presidente, eu queria tratar de um assunto muito importante que o Brasil inteiro está debatendo. Refiro-me a essa questão da inflação dos alimentos, do aumento do preço dos alimentos, dos alimentos que estão mais caros, e da economia, que está melhorando. Enfim, o que está realmente por trás desse tema que é fundamental para a população brasileira?

Primeiro, o Governo Federal, o Presidente Lula, tomou uma medida muito importante, apoiada pelo Congresso Nacional, que é a isenção da cesta básica na reforma tributária. Com isso, o preço dos alimentos vai diminuir. Segundo, o Governo vem criando várias medidas. Eu tenho me reunido frequentemente com o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, tenho solicitado reuniões com o Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro. Estive, ainda ontem, com a Direção da CONAB, essa importante empresa brasileira. Um dos programas fundamentais é o Arroz da Gente, que vai beneficiar no próximo ano diversos Estados do Brasil, que já foram selecionados. Em trinta locais será implantado o Programa Arroz da Gente.

Eu tenho acompanhado as ações, nós estamos trabalhando nisso, e já estão inseridos no Programa Arroz da Gente oito Municípios do Estado de Sergipe, todos os Municípios do Baixo São Francisco, todas as comunidades, desde Resina, Santa Cruz, lá de Brejo Grande, até o Município de Cedro, passando por Telha, Japoatã, Neópolis, Ilha das Flores, Pacatuba.

O que o Arroz da Gente, programa do Presidente Lula, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da CONAB, vai fazer é implementar uma grande política de apoio estruturante, com armazenamento, máquinas, equipamentos, financiamento, sementes, para incentivar o Brasil a ter autonomia e ter este nobre produto garantido, em quantidade, com preço justo, para toda a população.

Parabenizo toda a equipe da CONAB e do Ministério por esse excelente programa criado pelo Presidente Lula.

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.



Muito obrigado.

Documento 8/60

232.2024	Sessão Ordinária - CD	11/12/2024-16:08
Publ.: DCD - 12/12/2024	Sidney Leite-PSD -AM	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o avanço da reforma tributária, que, após a aprovação na Câmara, está sendo finalizada no Senado. Afirmou que a reforma tem o potencial de aumentar o PIB brasileiro em até 12% e reduzir o Custo Brasil, que é impactado pela complexidade do sistema tributário. Ressaltou a necessidade de continuar com a reforma da renda e do patrimônio para corrigir desigualdades, pois a classe trabalhadora é a mais penalizada proporcionalmente aos impostos pagos.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, neste momento, no Senado Federal, o Senador Eduardo Braga está lendo o seu parecer ao projeto que nós já votamos aqui e que conclui a última etapa da regulamentação da reforma tributária.

Essa reforma vai permitir que o Brasil cresça pelo menos 12% do PIB, Deputado Helder Salomão, e vai diminuir o Custo Brasil, haja vista que esse cipoal tributário representa quase 80% do Custo Brasil. Com isso, nós teremos imensos ganhos.

É a reforma ideal? Não, é a reforma que foi possível votar.

É importante dizer, Deputado Ismael, que, quando da discussão da PEC da reforma tributária, o Ministro Haddad assumiu um compromisso conosco: tão logo nós votássemos a reforma tributária do consumo, nós votaríamos a reforma da renda e do patrimônio, tendo em vista que, ao longo desses anos, muito se trabalhou para que essa reforma chegasse a essa etapa.

Infelizmente, somente agora o Brasil vai experimentar um sistema simplificado, com o IVA, que é praticado na grande maioria dos países do mundo. Isso nos remete uma responsabilidade: mesmo com o *cashback*, mesmo com a desoneração da cesta básica, é importante que corrijamos a desigualdade no Brasil. Por quê? A classe trabalhadora, ou seja, os pobres, é a que mais paga impostos neste País, proporcionalmente à sua renda. Isso, num



país tão desigual quanto o Brasil, precisa ser corrigido, para que não perpetue essa realidade.

Deputado Helder, muito tem sido discutido sobre a jornada de trabalho 6x1. Enquanto isso, neste País, há quase 40 milhões de trabalhadores na informalidade, visto que quem contrata não tem recurso para pagar os encargos.

Dito isso, a forma de nós corrigirmos determinadas situações neste País é votando a reforma da renda e do patrimônio. Com isso, poderemos corrigir essas distorções.

Solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-22:16
Publ.: DCD - 17/12/2024 -	Bibo Nunes-PL -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.870, de 2024, que institui a Política Nacional de Visitação a Unidades de Conservação, dispõe sobre a visitação a unidades de conservação e autoriza o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e os órgãos estaduais e municipais executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com objetivo de financiar e apoiar a visitação a unidades de conservação. Também criticou a liberação de bilhões de reais em emendas no momento da votação da regulamentação da reforma tributária, apontando que tal prática reforça a percepção de que Parlamentares se vendem por emendas. Destacou que as emendas são um direito constitucional e afirmou ter recebido valores irrisórios. Acusou o Governo de não honrar os pagamentos, comprometendo a credibilidade e o respeito da população.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, digníssimo Presidente, orienta "não".

Coincidentemente hoje, bilhões de reais estão sendo destinados a emendas, justamente quando se começa a votar a regulamentação da reforma tributária. Até quando o Brasil vai ficar com a imagem de que os Parlamentares se



vendem por emendas? Esta é a realidade.

Para quem está aqui para representar o povo com seriedade, num País que respeite a justiça, a honra, a dignidade, não há isso. Recebi uma miséria em emendas. E não quero que me paguem emenda, porque tenho direito a elas pela Constituição!

Agora vão enrolar. O que vão fazer é simplesmente empenhá-las, não vão pagá-las. Esse é o desgoverno que não pode ter o respeito da população séria do País.

Documento 10/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-18:08
Publ.: DCD - 17/12/2024	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da reforma tributária que busca substituir o complexo sistema atual por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com alíquota média de 25%, visando simplificar a arrecadação, combater sonegações e reduzir a inadimplência. Apontou ajustes necessários, como a exclusão da substituição tributária e melhorias em itens como a cesta básica. Além disso, defendeu a adoção futura de cashback e alíquota única para beneficiar a população. Concluiu pedindo apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo e dá outras providências.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)
- Muito obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Sras. e Srs. Parlamentares, o primeiro item da pauta de hoje é o fim da discussão e a aprovação da reforma tributária, tão esperada nesses últimos 30 anos. Desde que cheguei a esta Casa, em 1991, venho lutando pela aprovação da reforma tributária. Já em 1991, apresentei minha primeira proposta de emenda à Constituição, a PEC 48, que acabou se transformando na Emenda Constitucional nº 3. Ela já propunha naquela época um IVA nacional único estadual.

Ao longo dos anos, vimos batalhando por vários mandatos. No meio do caminho, decidimos, com a Frente Parlamentar das Micro e Pequenas



Empresas, aprovar o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e a Lei do SIMPLES, depois a do Super-SIMPLES e do MEI, que tiveram a minha autoria. A Lei Complementar nº 123, de 2006, do Super-SIMPLES, criou o Super-SIMPLES e o MEI.

No meio do caminho, aprovamos a Lei Complementar nº 87, de 1996, conhecida como Lei Kandir, que chamam de Lei das Exportações, embora seja a lei que regulamentou o ICMS, a lei que fez com que o Brasil se tornasse o maior exportador de *commodities* do mundo.

Agora chegou a vez da implantação do IVA, o imposto preconizado pela OCDE. O Brasil precisava ter esse imposto no lugar desta miscelânea, deste carnaval tributário, deste manicômio tributário dos atuais impostos de consumo: ISS, ICMS, PIS e COFINS.

E, finalmente, depois de muitos anos de pregação, não só minha, mas de centena de outros tributaristas, advogados, economistas, jornalistas, professores, acadêmicos, Deputados, Senadores, Deputadas, Senadoras, chegamos a um denominador comum, para o Brasil ter o seu IVA, que vai ser um IVA 5.0.

O Senado da República fez alterações no nosso texto, e hoje devemos decidir entre o texto da Câmara e o texto do Senado. Já para o ponto um, o ponto principal, convoco a Casa. Fiz isso através de mensagem pelo WhatsApp em que pedi a derrubada do famigerado instituto da substituição tributária, que não tem nada a ver com a criação do IVA eletrônico 5.0, de cobrança eletrônica instantânea, no ato da liquidação do pagamento. Esse imposto se tornará o mais moderno e o mais justo do mundo, acabando com a guerra fiscal e com a inadimplência, esmagando a sonegação e pondo fim à burocracia. Esse imposto terá crédito financeiro de devolução quase que imediata para todos os empresários adquirentes nas cadeias produtivas, até que se chegue ao consumidor final.

Portanto, o meu primeiro pleito é pela derrubada desse adendo que foi feito no Senado. Algumas Lideranças já sinalizaram que sim.

Outros pleitos que nós temos são um pequeno ajuste na cesta básica, um pequeno ajuste nas farmácias magistrais, um pequeno ajuste de redação, dois ou três pontos. No mais, eu entendo que a alíquota modal média continuará sendo 25%. Embora a Câmara e o Senado tenham ampliado o número de alíquotas zero, e com redução de 40%, 50% e 60% para centenas ou até milhares de itens consumidos pela população, na conta final temos mais de 1 milhão de itens consumidos pela população brasileira, bens e serviços. No fim do dia, a alíquota modal média será de 25%, podendo chegar a 27%, a 28% para alguns itens, no máximo, e zero para comida, cesta básica, zero para transporte, zero para medicamentos básicos, redução de 60% na alíquota para os demais tipos de medicamentos e de alimentos. Então, de certa maneira, a redução de alíquota beneficia os pobres, mas beneficia toda a população, um pouco diferente daquilo que preconizamos, que era o *cashback*, uma devolução



direta para as famílias de baixa renda. Mas isso fica para o capítulo 2.

Presidente, vou concluir a minha oratória. Todos me perguntam: "*Está bom?*" Está bom, dentro do possível. Poderia haver uma alíquota única? Sim, mas essa é uma operação impossível, em se tratando de Parlamento. Por enquanto, teremos alíquotas diferenciadas, mas, no futuro, em 4 anos ou 5 anos, entrando em funcionamento o novo modelo, vamos preferir o *cashback* e a alíquota única para todos os itens. Com isso, a alíquota passará a ser de 25%. Por que 25%? É o necessário para se arrecadarem 13% do PIB, que é a soma da atual arrecadação de ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Nos últimos anos, isso tem dado 13% do PIB, dos 33% de média arrecadada, o que significa 40% da arrecadação nacional de 33% do PIB, o que dá 13% do PIB, mais ou menos, hoje 1 trilhão e meio de reais. Mas vamos eliminar 650 bilhões de gorduras, que são 350 bilhões de renúncias fiscais, 100 bilhões de custo burocrático e 200 bilhões de inadimplência, o que vai esmagar a sonegação.

Estou muito otimista com o futuro do Brasil para o próximo Presidente da República que vai implantar esse novo modelo.

Peço o apoio de todos ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024.

Um abraço.

Documento 11/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-18:16
Publ.: DCD - 17/12/2024	Átila Lins-PSD -AM	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da regulamentação da reforma tributária, especialmente para a Zona Franca de Manaus, cuja relevância ambiental e econômica foi reconhecida por ajustes feitos pelo Senado, sob relatoria do Senador Eduardo Braga. Enfatizou que a Zona Franca é essencial para preservar a floresta amazônica, gerar empregos e promover o desenvolvimento sustentável na região. Além disso, apontou desafios históricos, como a falta de integração rodoviária devido à inoperância da BR-319, e criticou restrições ao desenvolvimento agrícola no Estado. Elogiou o apoio do Presidente Lula e do Ministro Fernando Haddad na defesa das exceções fiscais para a Zona Franca, visando manter sua competitividade. Por fim, reafirmou a relevância da reforma tributária para modernizar o sistema tributário nacional, beneficiando o Brasil como um todo, com expectativa de implementação em 2025.



O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, percebo, pela pauta anunciada pelo ilustre Presidente Arthur Lira, que nós vamos deliberar hoje a respeito da regulamentação da reforma tributária. Sabemos que, quando ela ingressou nesta Casa, eram dois os projetos de lei complementar, que lá no Senado foram apensados, ficando apenas um, o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024. Hoje vamos examinar nesta Casa as modificações que foram oferecidas pelo Senado Federal, sob a relatoria do Senador Eduardo Braga, do MDB do Amazonas.

Quero dizer, Sr. Presidente, neste início de noite, que estou aguardando com muita expectativa a apreciação dessa regulamentação. O Senador Eduardo Braga, como Relator, fez algumas correções naquilo que foi aprovado por esta Casa. Com isso, nós criamos uma expectativa maior em relação às modificações feitas, muitas delas benéficas à Zona Franca de Manaus, que eu sei que é um instrumento de desenvolvimento criado há muitos anos exatamente para integrar o Amazonas ao contexto nacional.

Graças à Zona Franca, o Amazonas é hoje um Estado que tem 98% da sua floresta preservada. Fizemos um estudo e concluímos que isso aconteceu exatamente pela existência do Parque Industrial de Manaus, que é a Zona Franca de Manaus. Se não tivéssemos a Zona Franca e o Parque Industrial de Manaus, com mais de 300 mil empregos diretos e indiretos, com mais de 600 empresas instaladas, não seria possível o Estado do Amazonas e o Governo Federal manterem a floresta incólume, como se fosse um santuário. Portanto, é preciso que nos convençamos de que o projeto de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus é um instrumento importantíssimo para desenvolver o Amazonas e a Amazônia Ocidental — a Zona Franca também beneficia Amapá, Rondônia, Acre e Roraima.

Essa regulamentação teve modificações no Senado, que melhorou o texto aprovado nesta Casa. Através de um acordo feito pelo Senador Eduardo Braga, com participação decisiva do Senador Omar Aziz, do meu partido, o PSD, do Amazonas, conseguiu-se a maioria dos votos — 49 votos — no Senado para aprovar o parecer do Senador Eduardo Braga, que vai ser examinado nesta Casa hoje à noite. Estou tranquilo, porque o Senado realmente se sensibilizou e entendeu a necessidade de fazer esse aprimoramento no texto, para tranquilizar o nosso Estado e a Amazônia Ocidental e permitir-lhes continuar desenvolvendo esse instrumento tão importante que é a Zona Franca de Manaus.

Todo mundo sabe que até hoje o Amazonas não conseguiu recuperar a BR-319. Entidades internacionais, pressão internacional não nos deixa fazer essa obra. Dizem que ela vai ofender o meio ambiente. Isso não é verdade, porque a BR-319 já está aberta há muitos anos, foi asfaltada pelo Governo Federal da época da revolução. Então, se já houve a abertura da estrada, em que a sua recuperação poderia afetar o meio ambiente da região? Não sai. Não deixam que isso aconteça. Mesmo que apresentemos emendas, as emendas não são liberadas, e a obra não sai. O Amazonas é o único Estado da Federação que não



é ligado ao Brasil, porque só seria ligado ao Brasil através da BR-319. Se essa BR não funciona, o Amazonas fica isolado, sendo beneficiado apenas pelo transporte fluvial, já que não podemos usar o transporte rodoviário para Porto Velho e de lá para o restante do País em função de ficar muitos meses interdita a BR-319.

Então, Sr. Presidente, nós sofremos muito por coisas que não podem acontecer. O Amazonas não pode plantar soja, porque isso vai desmatar, e não se pode desmatar. Somos prejudicados em muitos aspectos. A Zona Franca é realmente o único instrumento que nos garante o processo de desenvolvimento. Portanto, fico muito feliz de saber que o Senado fez modificações para aprimorar o projeto aprovado nesta Casa e que hoje esta Casa vai deliberar sobre essas alterações. Eu espero, tenho certeza, aliás, de que os companheiros Deputados de todas as bancadas haverão de entender a necessidade que nós temos de que a Zona Franca continue a ter essas exceções, para manter a sua competitividade, para manter as suas vantagens comparativas, sob pena de nós efetivamente sermos condenados a viver eternamente numa posição subalterna.

Quero agradecer todo o apoio dos Srs. Deputados, das Lideranças, do Presidente Arthur Lira. Agradeço também o apoio do Presidente Lula, através do Ministro Fernando Haddad, que participou ativamente das negociações no Senado com o Senador Eduardo Braga. E veio para cá o projeto, que, com certeza, vai dar tranquilidade para o nosso Estado e para a nossa Região. E, é claro, a reforma tributária não é só para a Zona Franca. Ela tem muitos outros itens, que foram aprimorados e que vão beneficiar a Nação brasileira como um todo. Nós estamos, Sr. Presidente, com expectativa positiva.

Há 35 anos eu sou Deputado nesta Casa. Quando cheguei aqui, já havia trabalho de muito tempo para que nós pudéssemos oferecer ao Brasil uma reforma tributária. Isso vai acontecer agora, a partir de 2025, com a regulamentação que vamos aprovar hoje. Portanto, mesmo que haja falhas, já houve avanços. Depois vamos fazer os aprimoramentos. O importante é que o Brasil tenha, a partir de 2025, um sistema tributário que possa melhorar o setor de tributos e, conseqüentemente, a situação do nosso País.

Quero que V.Exa. divulgue o meu discurso nas redes de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 12/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-18:32
Publ.: DCD - 17/12/2024 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

O Deputado criticou a reforma tributária e declarou voto contrário à proposta, classificando-a como ineficaz e prejudicial ao País, por não reduzir os custos da máquina pública nem baixar impostos, mas sim aumentá-los. Além disso, destacou a necessidade de uma reforma administrativa nos Poderes Executivo e Judiciário antes de discutir mudanças tributárias, mencionando salários altos de funcionários públicos como exemplo de ineficiência. Criticou a votação da reforma tributária no final do ano, defendeu maior discussão e destacou o impacto negativo sobre empresários.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu nunca vi uma reforma tributária que não diminui custos da máquina pública. Fazer reforma tributária, na minha avaliação, é baixar impostos, e o que nós estamos vendo é uma reforma tributária canina, que vai aumentar os impostos. Enquanto não houver uma reforma administrativa neste País, nós vamos ficar inventando moda. Por isso, eu voto contra essa reforma tributária. Ela não serve para o País, que terá o imposto mais caro do mundo, cheio de compensações que atrapalham e estragam todo o projeto da reforma tributária.

Outra coisa: votar reforma tributária no final do ano? O que é isso?! Vamos discutir melhor no ano que vem! Agora poderemos até votar, de repente, de forma virtual a reforma tributária!

Nós precisamos de uma reforma administrativa no Poder Executivo, no Poder Judiciário. Não é possível funcionário público do Brasil ganhar 400 mil por mês — repito: 400 mil por mês! E ainda há gente que defende reforma tributária para aumentar impostos, para fazer com que os empresários sejam mais pisoteados ainda, como acontece hoje no Brasil.

Documento 13/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-19:32
Publ.: DCD - 17/12/2024 -	Átila Lins-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a expectativa pela votação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária. Ressaltou o trabalho do Senador Eduardo Braga, que aprimorou dispositivos para proteger os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, prorrogados até 2073. O projeto foi articulado com apoio de lideranças como o Senador Omar Aziz, o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com aval do Presidente Lula. Por fim, enfatizou a importância da Zona Franca para a competitividade do Amazonas e o



desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destacando a relevância da aprovação para a economia regional.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos aguardando o início, a qualquer momento, da sessão da Câmara dos Deputados em que se vai deliberar sobre dois itens importantes. Um deles é a proposta de regulamentação da reforma tributária, o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024. Eram dois os projetos. O Senado Federal os apensou, e eles se tornaram apenas um projeto, que está nesta Casa e deverá ser apreciado ainda hoje neste plenário da Câmara dos Deputados.

Como Deputado do Amazonas, a minha expectativa é muito grande, Sr. Presidente, de ver essa reforma ser concluída hoje, para entrar em vigor a partir do mês de janeiro, depois da sanção do Presidente Lula. Depois das alterações que foram feitas no Senado, é evidente que nós estamos nos debruçando sobre a situação da Zona Franca de Manaus. No Senado, os dispositivos da proposta foram aprimorados pelo Relator, o Senador Eduardo Braga, que fez um trabalho magnífico. Ele aprimorou os dispositivos aprovados nesta Casa em relação à Zona Franca de Manaus, cujos benefícios fiscais foram prorrogados até 2073 por meio de uma proposta de emenda à Constituição apresentada a esta Casa pela ex-Presidente da República Dilma Rousseff. Eu tive a alegria de relatá-la aqui na Câmara dos Deputados. O Senador Eduardo Braga relatou essa PEC no Senado Federal. Agora o Senador Eduardo Braga foi o Relator da PEC da reforma tributária e foi o Relator dos projetos de lei complementares que regulamentam a reforma tributária. De forma que nós estamos, Sr. Presidente, na expectativa de aprovar essa regulamentação, para que o Presidente Lula a sancione.

Esse projeto foi articulado com muita desenvoltura e com muita competência pelo Senador Eduardo Braga, que teve o apoio do nosso Senador Omar Aziz, de toda a bancada do PSD no Senado Federal e do Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, com o aval e com a articulação do Ministro da Fazenda. Todas as ações desenvolvidas no Senado tiveram o aval do Ministro Fernando Haddad — é claro, é evidente, depois da orientação do Presidente Lula.

De forma que nós do Amazonas estamos na expectativa, Sr. Presidente, de que hoje teremos a regulamentação da reforma tributária aprovada, para que a Zona Franca de Manaus possa ter as suas vantagens comparativas e a sua competitividade asseguradas, em benefício não só do Amazonas, mas também da região da Amazônia Ocidental, que tem necessidade desse instrumento de desenvolvimento, do Polo Industrial de Manaus. Ele precisa de dispositivos que ofereçam competitividade e vantagens comparativas, em razão de o Amazonas ser um Estado distante e que precisa desse aval.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e



nas redes sociais desta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 14/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-19:44
Publ.: DCD - 17/12/2024	Amom Mandel-CIDADANIA -AM	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou os ataques à Zona Franca de Manaus (ZFM) feitos por Parlamentares de outros Estados, especialmente aqueles que defendem a redução de impostos, mas consideram a ZFM um "privilégio". Destacou que o Amazonas é um dos poucos Estados que contribui mais para a União do que recebe e argumentou que a Zona Franca é essencial para proteger mais de 500 mil empregos e a floresta amazônica. Desafiou os críticos a apresentarem soluções reais para substituir a ZFM sem prejudicar a economia e o meio ambiente. Concluiu classificando os ataques como hipócritas e contraditórios, pedindo mais seriedade no debate.

O SR. AMOM MANDEL (Bloco/CIDADANIA - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, eu quero começar com uma verdade incômoda para a maioria dos Deputados e das Deputadas que aqui estão.

Para alguns aqui nesta Casa, a Zona Franca de Manaus é só um problema porque ela não está no sul do País ou em São Paulo; se estivesse, seria chamada de polo de inovação. Como ela está no coração da Amazônia, aí vira um privilégio, aí vira um peso para o resto do Brasil.

Vamos parar de hipocrisia, minha gente!

Há aqui Deputados e Deputadas que passaram a vida inteira defendendo a redução de impostos e que agora estão dizendo que a Zona Franca de Manaus é cara para o resto do Brasil. Ora, o Amazonas é um dos poucos Estados do nosso País que dá mais dinheiro para a União do que recebe em repasses federais — um dos poucos! E ainda assim há Deputados e Deputadas que passaram a vida inteira defendendo a redução de impostos vindo aqui, como vieram ainda agora, para falar ao resto do Brasil que é mais um privilégio. Mesmo sendo uma coisa que não afeta os demais entes, porque diz respeito apenas ao mercado interno da Zona Franca de Manaus, agora vêm com mais



essa preocupação aqueles que não tiveram competência para defender o mercado interno do seu Estado. Em vez de defender aumento de impostos nos outros Estados, deviam defender a redução deles nos seus próprios Estados. Essa seria a postura correta, minhas senhoras e meus senhores.

Tem gente dizendo aqui que a Zona Franca de Manaus é cara para o Brasil. Ora, cara é a fome que vai atingir milhares de pessoas e famílias se esses empregos forem destruídos. Cara é a gasolina que, sob o pretexto da privatização de uma usina a 3 mil quilômetros de Manaus, hoje a nossa população tem que pagar. Essa é uma história para os próximos capítulos.

Para amenizar o sofrimento da população no nosso Estado do Amazonas que já passa por tantas dificuldades, nós estamos lutando por isso. As mesmas pessoas que publicam nas suas redes sociais reclamações quanto ao preço da gasolina agora vêm aqui, quando é para falar do Estado do Amazonas, para dizer que isso é um absurdo.

A denúncia não para. Vamos falar sobre a privatização nos próximos capítulos.

Eu quero aqui desafiar, senhoras e senhores, quem está atacando de longe. É muito fácil atacar de longe. Difícil é apresentar soluções reais.

A quem critica a Zona Franca de Manaus desta tribuna, eu desafio a subir aqui e mostrar como pretende substituir mais de 500 mil empregos diretos e indiretos e como pretende proteger a maior floresta tropical do mundo. Isso, sim, é caro para o Brasil. Caro para o Brasil é colocarmos em risco a qualidade de vida dessas pessoas; caro para o Brasil é quando se aperta a população com mais e mais impostos e quando Deputados e Deputadas defendem a redução de impostos, mas não para o Amazonas.

Pelo amor de Deus! É decepcionante, às vezes, ouvir certos discursos e ver certas contradições.

Eu preciso alertar as senhoras e os senhores para que não entrem nesse jogo, nessa contradição, nessa hipocrisia de Deputados que vêm aqui para manipular a opinião de V.Exas.

Documento 15/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-19:52
Publ.: DCD - 17/12/2024	Gilson Marques-NOVO -SC	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



O Deputado criticou a atual situação econômica do Brasil, mencionando o aumento do dólar, que chegou a R\$ 6,15, e a alta de um ponto percentual na inflação. Afirmou que as medidas do Governo, como a Proposta de Emenda à Constituição para corte de gastos, são insuficientes e mal direcionadas, destacando que os gastos adicionais causados pelo aumento de juros anulam qualquer economia planejada. Além disso, expressou indignação com o planejamento inadequado do Congresso, apontando a falta de relatório para a votação das alterações na reforma tributária, mesmo durante a última semana de esforço concentrado do ano. Concluiu com um tom pessimista, aconselhando os cidadãos a se protegerem financeiramente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu realmente estou pasmo com o que está acontecendo no Brasil. Hoje, eu vi a sequência de aumentos do dólar. Agora há pouco consultei, e a cotação está 6 reais e 15 centavos. A inflação, conforme o Banco Central, subiu um ponto percentual. Não há mais para onde o brasileiro fugir ou correr. Isso ocorre em véspera de Natal, colocando o peru no forno. Acham que tudo vai acabar bem, mas vai virar o ano e uma verdade precisa ser dita: "*E lá se foi o boi com a corda*". Não tem mais solução. A solução que se tem é uma PEC para cortar gastos.

Sabe de quanto é o corte de gastos, Deputado Otoni? É de 70 bilhões de reais. Só o 1% que o Banco Central aumentou de juros vai fazer o Governo gastar 50 bilhões de reais a mais por ano. Então, já anulou a PEC de corte de gastos, que é uma proposta ruim, porque corta pouco e corta o que não deveria; e no que realmente precisa cortar não faz nada — não faz nada!

Esse desespero todo é porque hoje começamos a semana de esforço concentrado para resolver o problema do Brasil, mas de todos os itens da pauta em uma sessão *on-line*, faltando 5 minutos para as 20 horas, não tem nenhum relatório pronto — nenhum! O plenário está vazio para discutir nada mais, nada menos do que o projeto mais importante do Brasil, que é a reforma tributária. Ela foi aprovada na Câmara, o Senado fez as alterações e, agora, a Câmara precisa votar essas alterações. Não temos relatório!

Como se pode discutir uma matéria numa sessão *on-line*, sem relatório, às 20 horas? E, pasmem, a pauta só foi definida hoje! A pauta foi definida hoje, foi publicada hoje, e ainda não há relatório! O Brasil está indo barranco abaixo. As soluções são ruins ou não são feitas, e o método escolhido é sempre errado. Salve-se quem puder! Compre você dólar ou *bitcoin*, que estão uma pechincha. De 1994 para hoje, 100 reais valem 12 reais, porque as soluções que este Parlamento oferece sempre passam por recolher mais dinheiro da população, prometendo políticas públicas para o bem da sociedade. Grande mentira! Grande mentira! Não sai nada de positivo. E, na última semana do ano, se alguém tinha esperança — lamento dizer —, terá desesperança. Quem sabe, no próximo ano!



Protejam-se.

Obrigado.

Documento 16/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-17:52
Publ.: DCD - 17/12/2024 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), referindo-se a ele como um "regime" que controla a Câmara, o Senado e o Judiciário. Questionou a falta de clareza nas votações de temas importantes, como o pacote fiscal, a reforma tributária e o orçamento, empurrados para o fim do ano. Também destacou as dificuldades enfrentadas pela população, como o desemprego, a fome e o alto custo da cesta básica, afirmando que o País está "bem" apenas para aqueles que ganham altos salários. Finalizou defendendo que o "regime petista" precisa cair.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

O regime petista é tão forte que consegue controlar a Câmara, o Senado, consegue controlar o Judiciário, a ponto de estarmos hoje, 15 de dezembro, com esse pacote fiscal que não diz nada, com a reforma tributária e ainda com o orçamento do ano que vem. Eles são tão poderosos que empurram essas agendas para o fim do ano, porque se vota sem saber o que se está votando nesta Casa.

O regime petista é algo incrível. Eles conseguem na tribuna dizer que o Brasil está bem. Está bem para quem? Está bem para eles, que ganham bem? E o povo que está desempregado, que está passando fome, que está na miséria com esse custo elevado da cesta básica?

Esse regime petista tem que cair!

Documento 17/60

234.2024	Sessão Ordinária - CD	16/12/2024-18:24
Publ.: DCD - 17/12/2024	Adriana Ventura-NOVO -SP	
-		



Sumário

A Deputada criticou a reforma tributária e as mudanças feitas pelo Senado, destacando a desigualdade no tratamento do Estado de São Paulo, que contribui mais ao País, mas recebe menos recursos proporcionalmente. Questionou a justiça na distribuição de emendas de bancada e os benefícios dados à Zona Franca de Manaus, afirmando que medidas como essas não reduzem desigualdades. Declarou-se contra as alterações que favorecem alguns Estados em detrimento de outros, defendendo igualdade de direitos e benefícios para todos os cidadãos brasileiros.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu estava ouvindo atentamente o Deputado que me antecedeu. Estive olhando as mudanças feitas no Senado. Muito respeitosamente, eu diria, tenho outro olhar. E acho que o bonito da democracia está justamente nos diferentes olhares.

Eu venho de um Estado que sempre, na minha visão de sua representante, vejo meio massacrado. Vejo um Estado cuja população não é respeitada. Meu Estado é São Paulo. Eu represento São Paulo. Fico indignada, porque eu entendo que cada um defenda o seu Estado e entendo também que cada pessoa aqui defenda o que acha correto, mas eu não acho certo, em várias e várias situações, que meu Estado seja massacrado. A cada 100 reais do que ele contribui, só retornam 10 reais para o Estado. Isso é uma vergonha. Também não acho certo uma bancada que deveria ter 115 Deputados, a bancada de São Paulo, ser limitada a 70 Deputados. Nossa população está sendo desrespeitada. Eu não estou falando só da população de São Paulo. Estou falando dos alagoanos que vivem em São Paulo, estou falando dos paraibanos que vivem e trabalham em São Paulo, estou falando de qualquer brasileiro que vote em São Paulo, 46 milhões de habitantes!

Graças a Deus, São Paulo é um Estado empreendedor, que gera riqueza, que gera trabalho, que gera renda. Não acho certo que de cada 100 reais que ele envia só voltem 10. Também não acho certo que ele seja sub-representado aqui. Nós deveríamos ter 115 Deputados. O que precisamos fazer para resolver isso? Vamos ter que dividir o Estado para poder ter seis Senadores e não três, para ter 115 Deputados e não 70? O cidadão de São Paulo vale menos do que o cidadão dos outros Estados? O cidadão de São Paulo se mata de trabalhar, para de cada 100 reais só voltarem 10? "Ah, São Paulo é o Estado mais rico, não precisa!" Todo mundo diz isso. São Paulo tem muito bolsão de pobreza. São Paulo tem a maior favela de palafita do Brasil. São Paulo tem muitas e muitas misérias.



Eu acho triste ver que o cidadão de São Paulo não vale a mesma coisa que o cidadão de outros Estados.

Vou dar outro exemplo: emenda de bancada. Estou falando isso para o Deputado Gilberto Nascimento, que também é de São Paulo. Emenda de bancada é dividida igualmente por todos os Estados. A justificativa que sempre usaram é que as emendas de bancada são para obras e estruturas para ajudar Estados menos desenvolvidos. Até aí, tudo certo. Que legal! Vão pegar os Estados mais pobres do Brasil — um fica no Nordeste e outro fica no Norte — e vão construir estradas, pontes. Que bacana! Está valendo a pena... Mas não é isso que fazem. Pegam os 400 milhões de emenda de bancada, dividem entre os Deputados, e o País não anda. O IDH continua o mesmo, a pobreza continua a mesma, não vemos resolverem o problema, apesar dessa justificativa.

O Deputado de um Estado menor recebe de 200 reais a 400 reais *per capita*. O de São Paulo recebe 5 reais. Isso é justo? Cadê a justiça? Esta é a Casa do Povo, ela tem que representar o povo. Todo cidadão vale a mesma coisa. O voto de cada cidadão tem que valer a mesma coisa. Esta Casa não traz justiça.

Muito respeitosamente, eu ouvi o Deputado Átila falar da reforma tributária. Não acho certo o Estado do Amazonas ser novamente beneficiado. A Zona Franca de Manaus já é, na minha visão respeitosa, um benefício. Essa alteração que o Senado fez colocou mais 18% ali, e o Brasil inteiro vai pagar. Vários Estados pagam esse benefício para um Estado porque o Relator é de lá? Não tem o menor cabimento isso.

Respeitosamente eu me posiciono, porque acho que ser Deputado é se posicionar, é falar e defender sua posição. Estou aqui defendendo a minha posição. Temos que fazer com que o voto de cada cidadão tenha o mesmo valor, o direito de cada cidadão tenha o mesmo valor. Aí as pessoas falam: "*Ah, nós temos que eliminar as desigualdades*". Sim, isso está na Constituição, só que o dinheiro aplicado tem que ser monitorado. Eu não estou vendo redução de desigualdade. Essa suposta redução de desigualdade é bonita no discurso, mas na hora do vamos ver, cidadãos são injustiçados; uns Deputados valem menos do que outros, de segunda e terceira categoria; e nada melhora no nosso País — nem a saúde nos Estados mais pobres. Eu não vejo os incentivos dados a alguns Estados se transformarem em empregos, em renda e isso se reverter para a Nação.

Por causa disso, afirmo categoricamente que sou contra as mudanças do Senado Federal, assim como sou contra benefícios pelos quais todos paguem, benefícios que são dados para alguns em detrimento de outros. Essa reforma tributária era para ser justa, mas não é; ela tem puxadinho e beneficia uns em detrimento de outros.

Obrigada, Presidente.



Documento 18/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-18:28
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Talíria Petrone-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências, com parecer pela rejeição. Ademais, lamentou a exclusão dos agrotóxicos e dos alimentos ultraprocessados do Imposto Seletivo e a ausência de uma tributação pesada sobre as armas. Por fim, manifestou seu desejo de aprovar a taxaço dos super-ricos mais adiante.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nossa Federação orienta "não", Sr. Presidente, acompanhando o Relator, rejeitando uma série de emendas do Senado que pioram o texto, ao retornarem para o Imposto Seletivo os refrigerantes.

Na verdade, é fundamental a aprovação desta reforma tributária. A simplificação dos tributos gera mais transparência para nosso sistema tributário e é muito importante para o controle popular. Porém, nós lamentamos que não tenhamos a sobretaxação das armas, que esteja fora do Imposto Seletivo uma série de ultraprocessados, que matam as pessoas. Lamentamos que esteja fora do Imposto Seletivo uma série de agrotóxicos, que levam veneno para a mesa do povo trabalhador.

Esperamos, na frente, aprovar a taxaço dos super-ricos.

Documento 19/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-18:36
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Bohn Gass-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a relevância da reforma tributária para eliminar a guerra fiscal, apontada como responsável por prejuízos significativos aos Estados. Apontou que Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, em discussão, trará justiça tributária ao priorizar a arrecadação no destino, beneficiando regiões onde ocorrem serviços essenciais como saúde e segurança. Ressaltou ainda que



a medida visa desconcentrar a arrecadação, promovendo maior equidade social, além de simplificar o sistema e fortalecer o retorno aos mais pobres.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa reforma tributária vai acabar com a guerra fiscal, que causa um prejuízo enorme aos Estados.

Haverá a tributação no destino, onde a pessoa vive, onde há o atendimento à saúde, à segurança; não apenas onde está a produção. Em vez de concentrar cada vez mais, nós vamos desconcentrar, para fazer justiça.

Então, a reforma tributária também tem esse aspecto, além de todos os outros aspectos que já foram falados, como a simplificação, a justiça, o retorno aos mais pobres. É fundamental essa ideia de acabar com a guerra fiscal, que só interessa a quem especula, a quem chantageia os entes federados, os Municípios e os Estados.

Este é o destaque que eu gostaria de fazer: essa aprovação é muito importante para o fim da guerra fiscal.

Documento 20/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-18:40
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Vitor Lippi-PSDB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado ressaltou a importância histórica da reforma tributária em aprovação no Congresso. Destacou que o atual sistema tributário, classificado pelo Banco Mundial como o pior do mundo, dará lugar a um dos modelos de IVA mais avançados globalmente. Enfatizou que o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, não visa aumentar a arrecadação, mas simplificar o sistema, reduzir judicializações e melhorar o ambiente de negócios. Também apontou uma melhora na distribuição de recursos aos Municípios, projetando impacto positivo para investimentos, empregos e exportações. Agradeceu o apoio dos envolvidos e destacou o papel do Presidente Arthur Lira na viabilização da proposta.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, eu queria pedir a atenção de todos, muito rapidamente.

Nós estamos trabalhando intensamente, junto com um grupo grande de



Parlamentares, de técnicos, de colaboradores, junto com o Governo, para fazer a entrega dessa reforma tributária.

Eu gostaria de falar quatro ou cinco coisas para mostrar a V.Exas. o que vai acontecer nos próximos anos neste País.

Nós temos hoje, Sr. Presidente, o pior sistema tributário do mundo, segundo o Banco Mundial. Nós ocupamos a 184ª posição nesse *ranking*. Nós teremos um dos melhores e mais avançados sistemas de IVA do mundo.

Cito outro benefício muito importante: isso foi feito não para aumentar a arrecadação, mas, sim, para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, para ficar melhor para se produzir, para ficar mais simples, para ficar mais transparente, para diminuir a judicialização no País, que é a maior do mundo.

Além disso, Sr. Presidente, essa reforma tem uma conotação social muito importante, porque nós vamos reduzir os impostos da cesta básica, para alimentar a população brasileira. Também estão sendo reduzidos, de forma significativa, os impostos sobre medicamentos, sobre equipamentos de saúde, sobre insumos da saúde.

Não bastasse isso, nós teremos também uma redução da tributação dos produtos que passam pelas indústrias deste País, que pagam, em média, de 35% a 44% e pagarão cerca de 27%.

É verdade, sim, que nós teremos a alíquota mais alta do mundo, mas não contaram a história inteira para vocês. Hoje nós temos a superalíquota mais alta do mundo. Ela vai abaixar bastante em relação ao que é hoje, porque vai reduzir a sonegação neste País.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a principal e mais importante entrega para o ambiente de negócios, a geração de empregos, o aumento de investimentos, a redução de custos de exportação para o nosso País.

Agradeço a todos que acreditaram nesta proposta. Esta matéria interessa ao País, ao futuro de quem vai morar nesta Nação.

A arrecadação dos Municípios vai melhorar 95%. Então, vai haver uma distribuição de recursos melhor e mais justa neste País.

Estou muito feliz de participar deste momento.

Parabéns, Presidente Lira! Sem o seu empenho, isso não seria possível.



Publ.: DCD - 18/12/2024 -

Sargento Gonçalves-PL -RN

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva global oferecida ao Projeto de Lei nº 4.870, de 2024, que institui a Política Nacional de Visitação a Unidades de Conservação, dispõe sobre a visitação a unidades de conservação e autoriza o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e os órgãos estaduais e municipais executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com objetivo de financiar e apoiar a visitação a unidades de conservação. Além disso, criticou a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, do aumento da alíquota de ICMS de 18% para 20%, com um adicional de 2% sobre itens como refrigerantes e cosméticos, chamado de "imposto do pecado". Atribuiu a medida ao Governo do PT no Estado, liderado pela Governadora Fátima Bezerra, classificando-a como um "presente de Natal" oneroso para a população potiguar. Também fez menção à reforma tributária em âmbito federal, afirmando que o Brasil terá a maior alíquota de IVA do mundo.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta "sim".

Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer o seguinte. Povo do Rio Grande do Norte, a Governadora Fátima Bezerra, do PT, conseguiu aprovar hoje na Assembleia Legislativa o presente de Natal do povo potiguar neste ano: aumento do ICMS, de 18% para 20%, com um adicional de 2% para o tal do "imposto do pecado" sobre refrigerantes e produtos cosméticos. É o PT sendo PT: aumento de impostos no lombo do cidadão brasileiro.

Com a reforma tributária, o maior IVA do mundo será o do Brasil. E o Governo do PT no Rio Grande do Norte, da Governadora Fátima, achando pouco, aprovou hoje um aumento do ICMS em 2%, de 18% para 20%. Esse é o presente de Natal do PT ao povo do Rio Grande do Norte.

Documento 22/60

235.2024

Publ.: DCD - 18/12/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Zé Neto-PT -BA

17/12/2024-19:36

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva global oferecida ao Projeto de Lei nº 4.870, de 2024, que institui a Política Nacional de Visitação a Unidades de Conservação, dispõe sobre a visitação a unidades de conservação e autoriza o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e os órgãos estaduais e municipais executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com objetivo de financiar e apoiar a visitação a unidades de conservação. Além disso, destacou em plenário a importância reforma tributária, regulamentada pelo Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, chamando-a de uma conquista do Parlamento e uma demonstração de maturidade política. Argumentou que, enquanto o Governo se beneficia, a sociedade também ganha, pois a reforma, embora não ideal, representa um passo importante para o desenvolvimento econômico do País e sua integração ao mundo, especialmente no contexto do IVA.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que o Governo vota "sim".

Hoje estamos votando a regulamentação de uma reforma tributária que é uma conquista desta Casa, deste Parlamento, e é, acima de tudo, uma extraordinária demonstração de maturidade política. Esta reforma tributária foi debatida com a sociedade. Quero elogiar o grupo de trabalho que foi formado pelos sete Deputados que conduziram de forma muito precisa os debates a respeito do tema. É claro que o Governo ganha, mas também ganha a sociedade, ganhamos todos nós.

Esta não é a reforma ideal, é a que foi possível, mas representa sim o passo necessário para buscarmos o desenvolvimento deste País e nos integramos ao mundo, no que se refere ao IVA. Há perspectivas de desenvolvimento econômico real.

Documento 23/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-18:36
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Welter-PT -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado classificou o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, aprovado em plenário, como uma das mais importantes medidas das últimas três décadas. Destacou que a iniciativa promove a unificação da competitividade entre setores em todo o País, eliminando a guerra fiscal. Enfatizou que a proposta também inclui medidas de impacto social, como a



concessão de crédito aos inscritos no CadÚnico e a aplicação de alíquota zero de imposto sobre a cesta básica, beneficiando diretamente as populações mais vulneráveis.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta medida que nós aprovamos é uma das mais assertivas das últimas 3 décadas.

Ela realmente unifica a competitividade dos mesmos setores na República, o que acaba com a guerra fiscal. Ela também permite a concessão de crédito para os mais pobres, para o pessoal que está inscrito no CadÚnico. A cesta básica vai ter alíquota zero de imposto.

Portanto, os Congressistas que votaram "sim" poderão se orgulhar no futuro, porque as gerações futuras reconhecerão o acerto dessa decisão.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 24/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-17:32
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado apontou as alterações promovidas pelo seu relatório ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências. Justificou que as referidas alterações visa estimular o crescimento econômico e a reindustrialização do Brasil, sem aumento de impostos. Criticou a guerra fiscal entre os Estados e a elevada carga tributária, ressaltando que as modificações propostas reduzirão 0,7 ponto percentual da carga tributária para todos os brasileiros, em comparação com o texto aprovado pelo Senado. Destacou a eliminação de incentivos fiscais que prejudicavam a competitividade e afirmou que a reforma tributária vai beneficiar a saúde, a educação, o transporte coletivo e a alimentação, além de tornar o Brasil mais competitivo para exportações. Ao final, pediu apoio para a aprovação do seu relatório.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, nobres Deputados e Deputadas, primeiro, eu



quero pedir o apoio às nossas mudanças no texto.

Nós alteramos o texto do Senado justamente para preservar a reforma tributária naquilo que é mais importante para o País: fazer o Brasil voltar a crescer, gerando empregos e oportunidades. Estamos fazendo um novo sistema tributário, o que vai ajudar o Brasil na sua reindustrialização. Nós não vamos cobrar mais imposto do imposto. Estamos fazendo uma reforma tributária por meio da qual estamos reduzirmos a carga tributária para todos os setores da economia e, em especial, para o povo brasileiro.

A reforma tributária, com as nossas alterações, está reduzindo a carga tributária em 0,7 ponto percentual para todos os brasileiros e brasileiras. Não votar favoravelmente às nossas mudanças significa voltar ao texto do Senado, que aumenta a alíquota geral para toda a sociedade brasileira.

Nós pactuamos as retiradas, as exclusões, no Colégio de Líderes, com todos os Líderes desta Casa. De fato, o novo modelo não vai permitir mais que os 26 Estados pratiquem guerra fiscal, adotando múltiplas alíquotas de ICMS, o que prejudicou toda a sociedade brasileira. Todos perderam com a guerra fiscal. O cidadão não ganhou, porque não houve redução de preço. Os Estados perderam capacidade de investimento. Ninguém ganhou. Nem o setor produtivo ganhou com a guerra fiscal.

Estamos eliminando a guerra fiscal, que consumia 3% do PIB. Estamos reduzindo o equivalente a 3% do PIB em gastos tributários e estamos devolvendo 0,6% do PIB para os Estados fazerem incentivos econômicos. São 60 bilhões de reais para investirem na adequação da sua infraestrutura rodoviária, ferroviária, portuária, e terem recursos até para ajudar na atração de novos empreendimentos. Esse é o texto para o qual eu peço apoio. E o Presidente Arthur Lira se comprometeu com isso.

Nós não ampliamos nada para a Zona Franca de Manaus. Nós apenas mantivemos o diferencial tributário competitivo da Zona Franca de Manaus.

Eu quero aqui dizer ao Deputado Donizette, do Estado de São Paulo, e ao Deputado Lippi que, em relação àqueles Estados que usavam incentivo tributário, reduzindo o seu ICMS, para concorrer em setores específicos, como, por exemplo, bens de informática ou bens de telecomunicações — o meu Estado também utiliza esse incentivo e reduz o ICMS; não adota alíquota de 18%, mas alíquotas de 6%, 8%, 10%, 12% —, nós estamos nos comprometendo a corrigir distorções.

Nós temos a Lei de Informática, uma inovação do Brasil que ajudou a fazer o maior ecossistema de inovação do País em tecnologia. São 269 centros de inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação no País, em todos os Estados brasileiros, com 4 bilhões de reais aplicados nesses centros. Se, a partir de 2032, quando os Governadores não terão mais o instrumento do ICMS... Nós temos 3 anos para iniciar o novo sistema tributário, na parte do Governo Federal, com o IVA. Se, de fato, houver distorção do diferencial tributário



competitivo, nós estamos aqui assumindo o compromisso de fazer ajustes por meio de um PLP.

Portanto, eu faço um apelo a esta Casa. Vamos à votação para confirmar a inovação, a modernização do nosso sistema tributário, com um modelo moderno, tecnológico e também mais justo, porque vai haver *cashback*. Além disso, ele reduz a carga para a saúde, para a educação, para o transporte de massa, o transporte coletivo, e zera para os alimentos para o povo brasileiro. A cesta básica não vai ter nenhum tributo, não vai ter resíduo. É zerada a tributação no Estado, na União e no Município. O Brasil vai se tornar um país competitivo para vender produtos dentro do Brasil com valor agregado, porque não teremos imposto do imposto. O imposto será sobre o valor agregado. O Brasil vai zerar a exportação de tributos e ganhar investimentos. Vamos poder exportar com ganho de produtividade e competitividade no mercado internacional.

Portanto, eu quero aqui fazer um apelo a esta Casa para que vote a favor do nosso texto, que ousou reduzir a carga tributária em 0,7 ponto percentual, comparado com o texto do Senado, acolhendo as grandes mudanças técnicas que o Senado fez. Então, eu peço aos nobres colegas, como Relator-Geral, em nome dos sete membros do nosso GT, que se dedicaram a esse trabalho, o voto favorável ao nosso relatório.

Obrigado, Presidente.

Documento 25/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-17:44
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Nikolas Ferreira-PL -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências, com parecer pela aprovação. Ademais, afirmou o posicionamento contrário da Oposição à reforma tributária e ao pacote fiscal do Governo Federal, criticando o Presidente Lula e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela falta de compromisso com a responsabilidade fiscal, pelo aumento da carga tributária e pelo prejuízo aos mais pobres.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição não colocará a sua digital nesta reforma



tributária e não dará voto de confiança a Governo Federal nenhum para fazer pacote fiscal nenhum. Afinal de contas, este Governo não tem responsabilidade fiscal alguma.

Nós teremos a maior alíquota do mundo, passaremos a Hungria. Se tivéssemos os serviços que há na Hungria, até que eu votaria "sim", mas neste País vamos continuar a ter uma porcaria de serviços, muito por conta, obviamente, do Governo atual.

A Oposição coloca, com tranquilidade, o voto "não" a esta matéria, porque nós já estamos vendo o desserviço, a irresponsabilidade, a inépcia tanto do Ministro da Fazenda Haddad quanto do Presidente da República, que é incapaz de tocar o Governo. Prometeram benesses e só estão trazendo malefícios a este País, e quem sofre é sempre o mais pobre, é sempre o que está na ponta. E ocorre o quê? Aumento de tributo e corte de gastos onde mais se precisa.

Por isso, com tranquilidade, nós orientamos "não", Sr. Presidente.

Documento 26/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-18:04
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Fred Costa-PRD -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências, com parecer pela aprovação. Ademais, parabenizou o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o Relator Reginaldo Lopes pela votação da regulamentação da reforma tributária. Além disso, destacou sua atuação como Relator do projeto de lei sobre Sociedade Anônima do Futebol. Por último, lamentou a elevada carga tributária para o futebol e enfatizou seu compromisso de rever a tributação sobre o esporte na deliberação de futuro projeto de lei complementar.

O SR. FRED COSTA (Bloco/PRD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente de parabenizar V.Exa., que também teve um papel fundamental para a aprovação desta reforma tributária, e, da mesma forma, o meu conterrâneo Deputado Reginaldo Lopes.

Eu gostaria não só de registrar a orientação "sim" pelo PRD, mas também de fazer aqui uma ressalva. Existe algo que une todos nós, os 513 Deputados,



tenho certeza: a paixão pelo futebol. E infelizmente a carga tributária para o futebol está demasiadamente alta, numa relação paradoxal à Sociedade Anônima do Futebol — SAF. Fui Relator do projeto de lei que trata disso e sou Relator também da sua revisão.

Nesse sentido e confiando no Presidente, que é sempre muito firme com a sua palavra, eu aguardo a lei complementar para que nós possamos fazer justiça ao futebol brasileiro, que só vem crescendo, a partir das legislações que nós mesmos criamos.

Documento 27/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-18:08
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a reforma tributária, a aprovação da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, é uma conquista sobretudo do Poder Legislativo, com apoio do atual Governo. Enfatizou que a reforma visa simplificar o sistema tributário, especialmente por meio do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), trazendo mais transparência e justiça, especialmente para os brasileiros com menores rendimentos. Destacou que a reforma do sistema tributário sobre o consumo não é estanque, mas continua por meio do uso de tecnologias, da adoção de inovações como o split payment, entre outras. Defendeu a progressividade da tributação sobre o consumo e a discussão da tributação sobre a renda e o patrimônio. Esclareceu que a reforma tributária precisará ser continuamente aprimorada para evitar aumento da carga tributária. Ao final, parabenizou o Parlamento pela aprovação da regulamentação da reforma tributária.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu gostaria, de maneira muito especial, de me dirigir a este Plenário no momento em que se cumpre um rito de sequência histórica neste País.

Às vezes, é dito, de forma equivocada, por nós, por este Parlamento, que esta reforma pertence ao Executivo. Não! Esta reforma pertence ao Legislativo. Ela foi concebida aqui e, por justiça, foi apoiada pelo atual Governo, que possibilitou que nós chegássemos no dia de hoje para votar a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, construída não ao longo dos últimos anos, mas ao longo de mais de 30 anos de discussões nesta Casa.



Este tema é muito caro ao nosso País, porque o sistema tributário hoje é o que pesa mais a mão na produção dos brasileiros, é o que aflige mais os brasileiros, sobretudo aqueles que ganham menos neste País. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós teremos, com a adoção do Imposto sobre Valor Agregado, o IVA — nós já estamos atrasados; era para ele ter sido feito há muito tempo —, um sistema que traz a simplificação tributária. Esta é a primeira questão.

A segunda questão é a transparência. Quando se diz aqui que nós vamos ter o maior IVA do mundo ou que vamos ter o IVA maior do que o do país A ou o do que o país B, é porque nós já temos muito mais impostos e não sabemos quanto pagamos. Nós vamos trazer agora a transparência, para que as pessoas saibam quanto, de fato, estão pagando de imposto e quanto, de fato, estão pagando sobre os produtos, serviços ou direitos neste País. Eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Eu quero abraçar todos os brasileiros que, direta ou indiretamente, participaram deste grande debate, desta construção nacional, que possibilitou que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal pudessem votar uma emenda constitucional que era tida como algo improvável neste País. Conseguiu-se, mesmo com todas as divergências federativas, com todas as questões setoriais, aprovar uma emenda constitucional num país tão complexo, num país que tem, sem dúvida nenhuma, tantas diferenças regionais, que tem necessidades diferentes em cada uma de suas partes e que tem um modelo federativo que talvez precise ser repensado.

É esta reforma que vai nos impor a necessidade de refletir naquilo que vamos votar já, já, que é a questão do gasto público, mas também o pacto federativo neste País. Trata-se disso. Quando falamos em imposto, estamos falando no tamanho do Estado brasileiro.

É disto tudo que nós estamos tratando aqui hoje, de uma mudança estrutural que vai nos remeter a outro patamar e vai nos permitir estar na OCDE, coisa que foi privada por tanto tempo a um país como o nosso, a uma economia tão importante como a do Brasil.

Portanto, meus amigos, eu quero abraçar também o grupo de trabalho, na pessoa do nosso Relator Reginaldo Lopes, que foi nosso coordenador ainda na emenda constitucional. Eu tive o prazer e a honra de acompanhá-lo como Relator desta matéria. Quero abraçar, também, o Senador Eduardo Braga, que foi meu companheiro na relatoria, no Senado Federal, da emenda constitucional. Ele foi o Relator desta regulamentação.

Nós vencemos mais um passo. Uma reforma do sistema tributário sobre o consumo desta magnitude não é estanque: ela não para aqui, ela não para agora. Nós vamos adotar inovações como o *split payment*, como o uso da tecnologia, que vão nos possibilitar aumentar nossa base de arrecadação e, aí, sim, reduzir as alíquotas que nós temos hoje no nosso País, porque hoje se tributa mais sobre menos no nosso País.



Por isso, nós buscamos e queremos ter a progressividade de uma reforma tributária sobre o consumo e a discussão da renda e do patrimônio, que deve ser feita com toda a seriedade, com toda a acurácia por esta Casa, para que nós tenhamos justiça tributária também sobre a renda e o patrimônio no nosso País.

De outro lado, temos que ter clareza em relação a tudo isso. Temos que ter a certeza de que, a partir da sua implementação, em 2026, mesmo com a alíquota-teste... Nós adotamos até uma inovação que o Senado introduziu, eu a achei positiva: ter o imposto destacado da CBS apenas para conformidade, sem arrecadação, para que não haja, em nenhum momento, a possibilidade de se ter aumento de carga tributária no nosso País. A partir daí, sim, nós faremos uma transição correta. Eu acho que neste Parlamento, tanto na Câmara como no Senado Federal, nós devemos fazer o acompanhamento de todas estas medidas, porque muita coisa terá que ser modificada. É por isso que eu digo que ela não é estanque.

Nós vamos, a cada dia, aperfeiçoar a reforma tributária, vamos acompanhar *pari passu* sua implementação, para que ela produza aquilo que nós construímos, que é ter um sistema com efetividade, com neutralidade, que não tenha cumulatividade, para que nós possamos ter, de fato, um sistema tributário que não interfira nas relações comerciais, que não interfira na concorrência entre as empresas. É isso que nós queremos.

Por isso, meus amigos, eu quero, mais uma vez, abraçar todos vocês e festejar o dia de hoje.

Já me está faltando a voz, talvez seja por um pouco de emoção, por encerrarmos uma parte tão importante desta história. Vou tomar um pouquinho de água.

Parabenizo todos aqueles que estão ajudando nesta aprovação, até aqueles que manifestaram a mim alguma insatisfação com o texto. Nós não vamos ter um texto perfeito. Nós temos um texto que foi construído com transparência e com clareza.

Eu tenho a certeza de que fica a esta Casa, como sempre ficou, a delegação para acompanhar este processo. No momento necessário, em que seja preciso interferir ou aprovar uma nova legislação complementar ou ordinária que seja necessária para melhorar nosso sistema tributário, eu tenho a certeza de que o Parlamento não faltará ao Brasil.

Parabéns a esta Casa no dia de hoje!

Parabéns ao povo brasileiro!

Hoje é um dia que nós devemos festejar!

Parabéns, Brasil!



Documento 28/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-18:16
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	André Figueiredo-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a atuação da Câmara dos Deputados sob a direção do Presidente Arthur Lira e saudou o Colégio de Líderes. Destacou a atuação do Ministro Carlos Lupi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Governo Lula, enaltecendo sua defesa de aposentados e pensionistas para que não fossem prejudicados pelo pacote fiscal. Criticou o mercado, a elevação das taxas de juros e do dólar. Condenou a pressão para que os juros dos empréstimos consignados a aposentados e pensionistas fossem aumentados. Sustentou que a atuação parlamentar deve proteger os que estão na base da pirâmide social, os direitos dos trabalhadores e os benefícios previdenciários. Elogiou o Programa de Enfrentamento das Filas da Previdência Social. Censurou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro e defendeu a punição dos que conspiraram contra o Estado Democrático de Direito. Por fim, apoiou a eleição do Deputado Hugo Motta para a Presidência da Câmara dos Deputados.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho absoluta convicção de que nós estamos encerrando o ano legislativo de maneira grandiosa para o Parlamento e para o Brasil.

A votação destes projetos, por mais divergências que venhamos a ter com alguns trechos de seus conteúdos, mostra muito bem a liderança do nosso Presidente, o Deputado Arthur Lira, com o Colégio de Líderes e com cada um dos 513 Deputados e Deputadas, que fazem parte deste Parlamento.

Evidentemente, no decorrer deste ano, nós tivemos momentos difíceis, momentos conturbados, mas, acima de tudo, quero saudar todos os Líderes desta Casa, em nome do nosso querido Líder do PDT, o Deputado Afonso Motta, e, em nome do PDT, quero dizer que nós temos muita felicidade, apesar de divergirmos em vários aspectos, em ter o Ministro Carlos Lupi como nosso representante num Ministério do Presidente Lula.

Justamente porque nós temos divergências em determinados pontos da pauta econômica, o próprio Ministro Carlos Lupi deixou muito claro que, se fossem trazer para este pacote fiscal prejuízos para quem está na base da pirâmide, que são os aposentados e os pensionistas, ele mesmo não se colocaria mais como Ministro do atual Governo. O Presidente Lula foi muito sensível, mas nós temos uma situação inusitada: o mercado ficou zangado porque o pacote não



trouxe maldades para quem está na base da pirâmide ou, pelo menos, se as trouxe, esta questão foi sanada pelos futuros Relatores em seus relatórios, como foi o caso do BPC, que realmente apresentava algumas situações que precisavam ser corrigidas.

Queriam uma nova reforma da Previdência, queriam uma nova reforma trabalhista, e isso fez com que, de repente, o dólar ultrapassasse o patamar de 6 reais. Isso fez com que o Comitê de Política Monetária — COPOM elevasse a taxa de juros para 12,25%, quando a projeção inflacionária do ano de 2024 não chega a 5%. Isso fez com que o COPOM já anunciasse que, talvez no fim de março, esta mesma taxa de juros fosse a 14,25%. Isso é um crime de usura! Isso é um crime contra o Brasil! Nós estamos dizendo que cada ponto percentual da taxa SELIC representa 36 bilhões a mais na nossa dívida pública. Enquanto isso, querem que nós tiremos direitos de quem já não os tem.

Foi feita uma pressão em cima do Ministro Lupi, e continua sendo feita, para que a taxa de juros de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas suba do teto, que já foi de 2,14% e agora é de 1,66%. Diga-se de passagem, este é um empréstimo sem risco. Qual é o risco que as instituições financeiras têm, se a garantia é o desconto, em folha, da Previdência daqueles que ganham em média 1.700 reais por mês?! Por isso, nós temos que resistir contra todo tipo de pressão que o mercado faz contra este Parlamento.

Hoje nós estávamos discutindo os ajustes do nosso pacote fiscal que este Parlamento, com a ajuda de todos, vai votar até quinta-feira, para que possamos dar esta grande contribuição e, assim, o Brasil se estabilize em 2025, mas, de repente, o dólar chega a R\$6,20. Nós não podemos virar reféns de um mercado que só quer, cada vez mais, fazer o Brasil sangrar. Não podemos nos submeter a isso. É por isso que resistiremos, sempre.

Resistiremos porque cabe a esta Casa defender aqueles que estão na base da pirâmide. Cabe a esta Casa lutar para que os trabalhadores não tenham mais extirpados seus direitos, para que aposentados e pensionistas possam ter acesso a benefícios, como tem feito o Ministro Lupi com a redução de filas. Com o Programa de Enfrentamento das Filas da Previdência Social — PEFPS, nós melhoramos a produtividade dos servidores federais do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS e dos servidores da perícia médica federal.

Esta lei, nós a aprovamos no ano passado. Com ela, já vemos o tempo médio para a espera de concessão de benefícios reduzir de 79 dias para 39 dias, o que resultará num tempo ainda mais exíguo, quando tivermos efetivada a perícia médica por telemedicina, ou seja, a teleperícia. Isso já levou perícia para 150 Municípios, notadamente Municípios do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, onde não existiam postos nem agências do INSS.

Enfim, meus colegas Deputados e Deputadas, o que nós queremos, mais uma vez, salientar é que nós, que fazemos o PDT, temos muito orgulho de ter o Ministro Carlos Lupi, que já foi um grande Ministro do Trabalho e agora é este grande defensor dos aposentados e dos pensionistas à frente do Ministério da



Previdência.

Nós estaremos sempre atentos, para que não se tirem mais direitos de quem já tem muito pouco. Estaremos sempre atentos, para fazer a resistência, sempre que necessária. Eu me sinto extremamente feliz por poder dialogar com os companheiros que fazem os partidos do Centro democrático e que têm sido muito atenciosos em votar pautas importantes para o Brasil, independentemente de serem de um Governo de centro-esquerda, independentemente de serem de um Governo popular.

É isso que faz a democracia. É isso que faz com que, constantemente, estejamos atentos ao que aconteceu no dia 8 de janeiro de 2023, ao que presenciemos recentemente, ante as conspirações até mesmo de generais, que estão presos. Que nós possamos dizer que o crime praticado contra a democracia não seja afiançável! O crime contra a democracia tem que ser coibido, combatido e punido, para que não voltemos a nos deparar com tempos obscuros com os quais o Brasil teve que conviver por mais de 20 anos. Que nós possamos valorizar todo o nosso serviço público, que, tenho absoluta certeza, presta um grande serviço para a maioria da população que dele precisa!

Portanto, minha gente, quero mandar a todos um grande abraço e dizer que, em 2025, teremos um novo Presidente. Este nosso grande líder, o Deputado Arthur Lira, certamente fará falta, mas tenho a convicção de que nosso provável Presidente, o Deputado Hugo Motta, continuará este grande trabalho.

Que cada um de nós possa ter, neste Natal que se aproxima e no ano de 2025, que já está chegando, momentos de muita felicidade, saúde e vitórias!

Um grande abraço a todos.

Muito obrigado.

Documento 29/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-20:00
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Pompeo de Mattos-PDT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou seu apoio à reforma tributária, embora com ressalvas a alguns pontos. Enfatizou a necessidade de melhorias específicas, como a redução de taxaçaõ nos serviços funerários, considerados uma extensãõ da saúde pública. Afirmou que continuará lutando para que esses serviços sejam mais acessíveis, especialmente às famílias mais pobres. Anunciou que apresentará um projeto de lei e reafirmou o compromisso da Frente



Parlamentar do Luto em defesa desse setor essencial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu quero deixar consignado que nós votamos hoje a reforma tributária, especialmente a taxaço dos serviços, das atividades, do comércio, da indústria. E obviamente nós votamos a favor da reforma. Mas há muitas coisas ali dentro com que não concordamos e pelas quais vamos continuar lutando para que melhorem.

Vou dar um exemplo: a questão dos serviços funerários.

Há uma emenda do Senado que retirou 60% da taxaço dos serviços funerários, colocando-os como atividade de saúde, como atividade final de saúde, que, na essência, são.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos deixar consignado que nós vamos continuar na luta em defesa desse serviço essencial, relevante, importante, até porque, em essência, ele é de saúde, para apoiar especialmente as famílias mais pobres. Os planos de saúde não vão conseguir bancar isso. Como é de saúde pública, tem que ter custo menor.

E nós vamos apresentar, Presidente, projeto de lei para seguir essa discussão e dar amparo, proteção, desconto que as funerárias precisam, que os serviços funerários precisam, merecem e — eu diria mais do que isso — têm direito.

Eu vou fazer essa luta, até porque nós somos da Frente Parlamentar do Luto, que vai continuar lutando em defesa desse serviço tão essencial e tão relevante na vida, no cotidiano, do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 30/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-20:12
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Claudio Cajado-PP -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do esforço concentrado no Congresso para concluir pautas relevantes, incluindo a votação da reforma tributária, proposições de ajuste fiscal, além da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento. Alertou para os riscos econômicos, como a possível elevação da



taxa de juros, e apelou aos Parlamentares para agirem com responsabilidade, ressaltando que as decisões impactarão diretamente a economia brasileira no próximo ano.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos numa semana de esforço concentrado, com vistas ao encerramento do ano legislativo.

Fizemos a leitura do parecer e discutimos o projeto da reforma tributária no dia de ontem. Hoje, votamos a histórica reforma tributária. Estamos na iminência de votar um dos projetos do ajuste fiscal. Amanhã, vamos analisar os dois outros projetos do ajuste fiscal: a PEC e o PLN. Hoje, votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias na Comissão de Orçamento e estamos na expectativa de votar o Orçamento ainda nesta semana.

Portanto, gostaria de fazer um apelo aos Parlamentares para que não percamos a oportunidade de dar um controle à economia brasileira. O Governo enviou um arremedo de projeto de cortes de gastos. Se não dermos a nossa colaboração, o cenário vai piorar muito. Já está precificado pelo Banco Central, para o próximo ano, um aumento de dois pontos percentuais em cima da taxa de juros que está em vigor. Isso será nefasto para a economia e para o setor produtivo nacional.

Gostaria que aproveitássemos este esforço concentrado para, de fato, votar esse ajuste fiscal. Dessa forma, daremos um alento à economia brasileira no ano que vem. Nada está tão ruim que não possa piorar.

Por isso, conclamo os Deputados à responsabilidade e ao civilismo, para que possamos avançar nessa pauta.

Muito obrigado.

Documento 31/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-20:16
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Duarte Jr.-PSB -MA	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a aprovação da reforma tributária, destacando avanços em transparência, simplificação e redução da carga tributária. Criticou a exclusão de incentivos fiscais para serviços médicos veterinários pelo Senado, enfatizando que saúde animal também é uma questão de saúde pública, e anunciou a apresentação de um projeto de lei complementar para restabelecer



esses incentivos fiscais. Em seguida, alertou sobre o Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 1991, a Lei nº 8.742, de 1993, a Lei nº 10.633, de 2002, e a Lei nº 14.601, de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências; criticando cortes que poderiam afetar o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por fim, defendeu a redução de gastos focada em privilégios, como supersalários, e reafirmou a necessidade de proteger os mais vulneráveis.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho à tribuna pela Liderança do PSB para comemorar a aprovação da reforma tributária e aproveito a oportunidade para chamar a atenção dos Deputados e das Deputadas para a qualidade da nossa votação. Isso porque existem alguns pontos aos quais precisamos dedicar total atenção.

Conseguimos avançar muito na reforma tributária, garantindo mais transparência, reduzindo a carga tributária, simplificando o processo tributário brasileiro. Isso foi um avanço de décadas, mas alguns pontos precisam de maior atenção, como, por exemplo, os planos de saúde. Essa reforma tributária conseguiu garantir isenções e incentivos fiscais aos planos de saúde. Estamos há 18 anos nesta Casa lutando pela aprovação da nova lei dos planos de saúde, e até agora essa proposta não foi aprovada, mas incentivo fiscal foi garantido. Essa reforma tributária garantiu aos planos de saúde a redução de alíquota de 60%.

No entanto, por que razão a Câmara dos Deputados aprovou e o Senado modificou um incentivo idêntico de redução na alíquota de 60% para os serviços médicos veterinários, que os equiparava aos serviços de saúde humana? Isso é um verdadeiro absurdo, porque retirou um incentivo fiscal para os médicos veterinários, para os serviços veterinários. Nós estamos falando de serviço de saúde. Saúde e bem-estar animal é política de saúde pública. Portanto, essa reforma tributária prejudicou esse segmento, porque o Senado modificou aquilo que esta Casa havia aprovado. Infelizmente, hoje nós aceitamos essa modificação, tirando os incentivos fiscais de serviços veterinários, serviços veterinários hospitalares, com ou sem internação, para animais domésticos, serviços de atendimento, assistência ou tratamento para animais domésticos, ou seja, serviços de saúde. Não podemos cometer esses erros.

Por essa razão, anuncio que vamos apresentar um PLP para garantir isenção fiscal para os serviços médicos veterinários.

Faço esse alerta e quero também sublinhar, Sr. Presidente, a votação de extrema importância que faremos nesta Casa amanhã. Apreciaremos o Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, que na sua origem traz uma série de retrocessos. Todos nós somos a favor de redução de gastos, de corte de gastos. No entanto, é preciso cortar gastos de onde está sobrando, como os supersalários e os



privilégios. Não podemos aceitar que ocorram cortes de gastos sobre quem mais precisa, sobre quem quase nada tem. Cortar gastos do BPC é intolerável.

Sr. Presidente, eu falo como Deputado da base do Governo. Barack Obama tem um pensamento que diz o seguinte: "*Se quiser chegar ao sucesso, livre-se dos bajuladores*". Se nós quisermos avançar, precisamos ter a capacidade de alertar quando o erro está para acontecer.

Aqui eu digo que nós não podemos aceitar que metam a mão no BPC. Nós vamos cortar gastos com os supersalários e de outros lugares, mas não vamos aceitar que modifiquem o BPC, que é em prol daqueles que mais precisam, é em prol dos mais vulneráveis.

Documento 32/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-20:24
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Merlong Solano-PT -PI	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou o crescimento econômico do Brasil, a queda no desemprego e aumento da renda das famílias. Destacou a aprovação da reforma tributária, que promete transparência, incentivo à industrialização, isenção da cesta básica, cashback para os mais pobres e redução de impostos sobre remédios. Criticou a especulação financeira e defendeu medidas fiscais justas, como o controle de super-salários, isenções fiscais e aposentadorias militares, reafirmando o compromisso com o crescimento e justiça social.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos, o Brasil que trabalha e produz vai bem e está otimista. Saiu hoje o resultado do PIB do mês de outubro. Nossa economia está crescendo ao ritmo de 5,4%, em comparação com outubro do ano passado, e o desemprego está em queda, porque o emprego está aumentando, assim como a renda das famílias.

Ao mesmo tempo, esta Casa aprova a regulamentação da reforma tributária e hoje a envia para a sanção do Presidente Lula. Essa é uma reforma tributária moderna, que coloca o Brasil em dia com os países mais desenvolvidos do mundo. É uma reforma que torna o sistema tributário transparente, em que todos ficam sabendo que imposto estão pagando em cada etapa do processo produtivo. É uma reforma que acaba com a guerra fiscal entre os Estados, que incentiva a industrialização, que introduz elementos importantes de justiça tributária, como o *cashback*, que devolve o imposto pago pelas famílias mais pobres na hora do pagamento da conta de água, de energia elétrica. É uma



reforma que reduz as alíquotas sobre os remédios, que isenta a cesta básica totalmente do pagamento de impostos. Portanto, o Brasil que produz está otimista hoje. A reforma tributária que votamos anuncia um horizonte de estabilidade econômica e de grande crescimento.

Onde temos crise, Sr. Presidente? Temos crise no Brasil que se acostumou com a especulação financeira, que aposta contra o País no mercado de câmbio, porque eles querem provocar o Governo com o intento de fazer um ajuste fiscal que jogue sobre os ombros dos mais pobres o peso do endividamento público. Querem que o Brasil interrompa o crescimento real do salário mínimo, mas isso não vai acontecer, porque o Governo do Presidente Lula não concorda com essa medida. Acabar com o aumento real do salário mínimo é uma medida que não encontraria respaldo nesta Casa.

Queremos, sim, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, o controle das despesas com os programas primários e, ao mesmo tempo, a responsabilização dos segmentos de mais alta renda. Cito os super-salários, o controle das isenções fiscais e a aposentadoria dos militares das Forças Armadas. Essas, sim, são medidas que, uma vez adotadas, projetam um horizonte de grande crescimento e de muito otimismo para o Brasil.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja utilizado pelas redes de comunicação da Casa.

Obrigado pela oportunidade.

Documento 33/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-13:55
Publ.: DCD - 18/12/2024 -	Luiz Lima-PL -RJ	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a Reforma Tributária proposta pelo Governo Lula, afirmando que ela aumentou a carga tributária e favoreceu setores influentes em detrimento de pequenos empreendedores e trabalhadores. Apontou retrocessos como a retirada de itens essenciais da cesta básica e a exclusão de benefícios tributários para serviços veterinários, considerados essenciais para a saúde pública. Destacou que a reforma não resolve problemas estruturais e penaliza setores importantes da economia. Defendeu um sistema tributário justo e o uso responsável dos recursos públicos para aliviar o peso sobre os brasileiros.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO



LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Subo hoje a esta tribuna para alertar o povo brasileiro sobre os impactos danosos da Reforma Tributária apresentada pelo governo Lula. Uma reforma que prometia simplificar, mas que, na realidade, apenas ampliou a confusão, favoreceu setores privilegiados e resultou, como sempre, no aumento da carga tributária para a maioria dos brasileiros.

Senhoras e senhores, mais importante do que discutir a reforma tributária é o governo ter responsabilidade com o dinheiro do povo brasileiro. É urgente parar de gastar desenfreadamente, parar de transformar nossas estatais em máquinas de prejuízo, e parar de distribuir milhões para artistas amigos através da Lei Rouanet, enquanto o trabalhador não vê retorno algum. A conta dessa farra é sempre paga pelo brasileiro, que trabalha duro, enfrenta impostos abusivos e, ainda assim, recebe serviços públicos precários. O Brasil não precisa de mais impostos, precisa de um governo que saiba gastar menos e gastar melhor!

Essa reforma, Senhoras e Senhores, é vendida como avanço, mas é, na verdade, um retrocesso disfarçado. O governo, em sua narrativa, ignora o peso que será colocado nas costas do pequeno empreendedor, do trabalhador e das famílias brasileiras. Os impostos aumentam, mas os serviços continuam precários.

É preciso deixar claro: a reforma foi capturada pelos *lobbies* mais poderosos deste país. Quem tem dinheiro e influência conseguiu garantir suas isenções, seus benefícios e suas exceções. Grandes setores da indústria e do comércio se mobilizaram com força para blindar seus interesses. Enquanto isso, outros setores, que representam a espinha dorsal da economia e o sustento de milhões de brasileiros, foram esquecidos ou, pior, penalizados.

É justo que a conta do aumento de impostos recaia sobre o setor de serviços, que gera a maior parte dos empregos no Brasil? É justo que pequenos negócios, como academias, salões de beleza e profissionais liberais, sejam esmagados por alíquotas abusivas? A resposta é não. O governo precisa explicar por que a reforma penaliza aqueles que menos têm voz neste Congresso.

Ontem, no parecer do relator vimos alguns absurdos, como a retirada da água mineral, biscoitos e bolachas da lista de alimentos com 60% de isenção dos impostos. Os itens haviam sido incluídos na cesta básica de alimentos com alíquota reduzida pelos senadores.



Da mesma forma, os serviços veterinários, tão importantes para saúde pública, tiveram seu benefício tributário dado pelo Senado retirado pelo relator. Os serviços veterinários desempenham um papel fundamental para a saúde pública e a qualidade de vida dos brasileiros. A concessão de benefícios tributários a essa área se torna essencial por duas razões principais: Saúde Pública: O cuidado com a saúde dos animais de estimação previne a disseminação de zoonoses — doenças que podem ser transmitidas dos animais para os humanos, como leptospirose, raiva e toxoplasmose. Investir na saúde dos pets significa também proteger as famílias brasileiras e reduzir o custo com a saúde pública a longo prazo. E o Peso no bolso do brasileiro: Os serviços veterinários são indispensáveis, mas muitas vezes inacessíveis para grande parte da população devido aos custos elevados, que incluem medicamentos e atendimentos, fortemente impactados pela carga tributária. Reduzir impostos sobre serviços veterinários aliviaria o orçamento dos tutores, permitindo que mais pessoas garantam o bem-estar de seus animais.

O relator retomou a versão original do texto e incluiu uma lista com 383 medicamentos que terão 100% de isenção das alíquotas do IBS e da CBS. No Senado, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), havia retirado a lista e definido que uma lei complementar estabeleceria o rol de medicamentos isentos.

Nós, parlamentares, temos o dever de resistir. Resistir ao aumento indiscriminado de impostos, resistir à pressão dos lobbies e defender aqueles que mais precisam de um sistema tributário justo. Uma reforma tributária verdadeira não pode ser apenas uma nova maneira de arrancar mais dinheiro do bolso do brasileiro. Ela deve ser um instrumento de justiça fiscal, de crescimento econômico e de respeito ao cidadão trabalhador.

Reafirmo aqui meu compromisso de lutar por um Brasil onde o pequeno empreendedor seja valorizado, onde o trabalhador tenha alívio e não mais peso.

Esta reforma, da forma como está, é um atentado à economia, à justiça social e ao futuro do país. Lutaremos para corrigir essas injustiças!

Obrigado.



Sumário

O Deputado destacou a importância de ajustar a reforma tributária para beneficiar a vitivinicultura brasileira. Apontou que, apesar de o setor agrícola ter sido amplamente contemplado, a cadeia de vinhos e espumantes ficou de fora. Alertou sobre a alta carga tributária do setor, que gira em torno de 43%, enquanto em outros países varia entre 12% e 19%. Defendeu a isonomia na tributação, a fim de tornar os vinhos brasileiros competitivos frente aos vinhos de países como Chile, Argentina e membros da União Europeia.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, subo a esta tribuna para falar sobre um importante momento da reforma tributária. No que se refere à agricultura, a toda a cadeia produtiva do nosso agro, talvez estejamos conseguindo atender 85%, 90% das nossas necessidades. Mas quero chamar a atenção para um setor que ficou de fora, que é o dos vinhos e espumantes brasileiros, não só os gaúchos, e toda esta relevante cadeia, a vitivinicultura.

Após a aprovação da regulamentação da reforma tributária, precisamos trabalhar para que a tributação não seja excessiva. Já pagamos, em média, 43% de tributo. Em outros países, esse índice é de 12%, 18%, 19%, no máximo a metade da nossa carga tributária. Com o IVA, cuja alíquota deve ser 27%, 28%, a tributação é muito alta. E ainda há a questão do Imposto Seletivo, por se tratar de vinho. Na regulamentação, é preciso que se garanta a isonomia, para que nossos vinhos possam concorrer com os vinhos chilenos, com os vinhos argentinos e agora com os vinhos e espumantes europeus. Precisamos, portanto, dar capacidade competitiva ao setor vitivinícola.

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 35/60

235.2024 Sessão Ordinária - CD 17/12/2024-15:24
Publ.: DCD - 18/12/2024 Gilberto Nascimento-PSD -SP
-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



O Deputado expressou grande preocupação com a votação da proposta de reforma tributária. Destacou que o projeto, embora amplamente discutido na Casa, sofreu alterações significativas no Senado, prejudicando Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Alertou que, caso aprovado da forma como veio do Senado, o Estado de São Paulo, por exemplo, poderia perder cerca de 150 mil empregos, especialmente nas indústrias eletroeletrônicas. Afirmou que, embora apoie a reforma, votará contra a versão atual, pois acredita que ela traz grandes perdas para os Estados afetados.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSD - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna hoje com uma grande preocupação. Hoje vamos votar a reforma tributária, um projeto que é esperado há muito tempo por esta Câmara. Há muito tempo a população brasileira anseia por uma reforma tributária.

Este é um país em que, pelo número de legislações que tem, infelizmente algumas empresas gastam mais com pessoal que cuida dos problemas tributários do que, muitas vezes, com a produção de alguns dos produtos que elas fazem.

Venho hoje, Sr. Presidente, com muita preocupação, dizer o seguinte. Esse projeto foi muito discutido nesta Casa, caminhou bem. O coordenador, o Deputado Baleia, e o Relator da matéria estudaram muito, trabalharam muito, e esse projeto foi votado por esta Casa. Mas, infelizmente, quando foi para o Senado, acabou sendo extremamente alterado. E foi alterado por quê? Porque o Relator entendeu que precisaria prestigiar a Zona Franca de Manaus.

Eu também acho que a Zona Franca de Manaus pode ser prestigiada. Agora, não podemos aceitar o que vai acontecer com alguns Estados. No Estado de São Paulo, por exemplo, que tem 45 milhões de habitantes, um Estado que tem lá a sua Capital, a sua Pauliceia Desvairada, que tem grandes dificuldades, que tem grandes problemas em todas as áreas, o que a indústria eletroeletrônica vai fazer, caso a matéria seja aprovada do jeito que está? Ela vai embora de São Paulo. E por que ela vai embora de São Paulo? Porque, logicamente, na Zona Franca de Manaus, os benefícios serão muito grandes.

O que venho dizer nesta tarde? O nosso Estado não pode perder. Em São Paulo, há 175 empresas eletroeletrônicas e 83 centros de pesquisa. Não será apenas São Paulo que vai perder caso a matéria seja aprovada da forma como está. Perderão também alguns outros Estados. O Rio Grande do Sul perde também com isso. Santa Catarina perde também com isso. Milhares de empregos serão desviados de São Paulo para o Estado do Amazonas.

Nada tenho contra o Estado do Amazonas! O Amazonas precisa sobreviver, mas não podemos aprovar a matéria do jeito que está, porque, só em São Paulo, perderemos aproximadamente 150 mil empregos. Hoje, com uma votação, poderemos retirar a possibilidade de alguém sobreviver, poderemos retirar a



possibilidade de empresas investirem em um Estado como São Paulo.

Inclusive, Presidente Pompeo de Mattos, eu gostaria que V.Exa. ficasse atento ao seu Estado, o Rio Grande do Sul, onde há 57 boas empresas de eletroeletrônicos e 13 centros de pesquisa. Talvez também percam os seus 30 mil funcionários.

"Mas você vai votar contra a reforma?" Não é que vou votar contra a reforma, porque nesta Casa pedi sempre fizessemos uma reforma tributária, mas, se ela permanecer da forma como voltou do Senado, infelizmente, esses Estados vão perder muito.

Peço a V.Exas., principalmente aos de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais, que observem isso. Minas Gerais também vai ter um grande prejuízo com isso. Minas Gerais, provavelmente, perderá 40 mil pessoas que estão trabalhando lá. Então, faço esse pedido a V.Exas.

Eu quero, sim, votar a reforma, mas quero votar a reforma que foi para o Senado, não a que veio do Senado. Se for a reforma que voltou do Senado, eu, lamentavelmente, vou registrar o meu voto "não". Alguém pode dizer: *"Mas isso atrapalha"*. Paciência. O que não posso fazer é permitir que São Paulo perca mais de 150 mil empregos. A nossa luta nesta Casa e nesta tribuna é exatamente uma luta por nossos Estados, pela manutenção dos empregos, do desenvolvimento e por uma sociedade mais tranquila. Lamentavelmente, querem tirar essa tranquilidade ao tirarem os nossos empregos. Portanto, o meu voto será "não" a esta matéria, caso ela seja aprovada como veio do Senado. Eu quero votar "sim" ao projeto da forma como ele foi para o Senado.

Peço aos Srs. Deputados que observem isso e observem o que seus Estados estarão perdendo. Queremos aqui o diálogo. Queremos mais tempo para estudá-lo e, talvez, votá-lo amanhã.

Muito obrigado.

Documento 36/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-15:16
Publ.: DCD - 18/12/2024	Átila Lins-PSD -AM	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância histórica da regulamentação da reforma tributária, aguardada há 40 anos no Brasil. Ressaltou o esforço para implementar a reforma ao longo dos 35 anos de mandato. Afirmou que, sob a



liderança do Presidente Arthur Lira, a Câmara votará o relatório do Deputado Reginaldo Lopes, que manteve as alterações para aprimorar a proposta no Senado, com apoio do Senador Eduardo Braga. Por fim, celebrou a implantação da reforma tributária a partir de 2025.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que hoje nós vamos realizar uma sessão histórica. Vamos, finalmente, aprovar a regulamentação da reforma tributária, uma reforma que, há 40 anos, o Brasil espera. Só o Deputado Átilla Lins está há 35 anos nesta Casa. Sempre tentamos fazer uma reforma tributária, o que nunca aconteceu.

Hoje, finalmente, vamos aprovar, daqui a pouco, essa regulamentação. O Presidente Arthur Lira vai vir ao plenário, e nós vamos hoje, com certeza, aprovar o relatório do Relator Reginaldo Lopes, que está mantendo todas as alterações feitas para aprimorar o projeto lá no Senado Federal, com o nosso Senador Eduardo Braga.

Sr. Presidente, com certeza, hoje, vamos aprovar a reforma tributária. A partir de 2025, o Brasil terá sua reforma tributária.

Documento 37/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-14:36
Publ.: DCD - 18/12/2024	Luiz Lima-PL -RJ	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de má gestão econômica e irresponsabilidade fiscal. Destacou o déficit de R\$ 64 bilhões em 2024 e a retirada de itens da cesta básica, como o biscoito Maizena, pela reforma tributária. Também condenou a proposta de extinguir a Lei de Incentivo ao Esporte, ressaltando seu impacto positivo desde 2007 no apoio a atletas e programas esportivos. Enfatizou que a atual gestão compromete áreas como saúde, educação e esporte, enquanto o custo de vida, como alimentos básicos e o dólar, continua a subir.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto. É uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa.

O Presidente Lula é capitão de um navio sem rumo, a exemplo do que chega a



esta Casa hoje, além da reforma tributária, que é uma vergonha, reforma tributária esta que tributa até biscoito Maizena da cesta básica do brasileiro. Ontem foi retirado da cesta básica um item que o pobre consome muito: o biscoito Maizena.

Mas vamos ao projeto complementar, à lei de ajuste fiscal, que chega hoje ao Plenário, o Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2024, que recomenda, pelo Governo Lula, o fim da Lei de Incentivo ao Esporte.

Quero conversar com cada atleta brasileiro, dos quatro cantos deste País, atletas olímpicos que já receberam medalhas, atletas que se tornaram grandes homens, que no interior mais longe do nosso País receberam este benefício. Eu vou explicar por que o Governo quer acabar com a Lei de Incentivo ao Esporte: porque a grana acabou! Eles torraram todo o dinheiro. Há um rombo fiscal, neste ano, de 64 bilhões de reais. Vou repetir: o rombo do PT neste ano, no Brasil, é de 64 bilhões de reais! Só no caso dos Correios, nos primeiros 9 meses, foram 2 bilhões e 100 milhões.

Eu vou passar um dado. Lembram-se da manifestação do dia 8 de janeiro, que muitos classificam como golpe — eu penalizo aqueles que fizeram vandalismo —, o dano ao Erário foi de 24 milhões. Eles não querem anistia, mas o dano que o PT causou ao Brasil em 2024 foi de 64 bilhões. É este o dano causado pela irresponsabilidade de um Presidente que não tem responsabilidade nenhuma, que tem um rastro de corrupção no seu currículo, mas que voltou ao comando do nosso País.

Quem sabe daqui a 5 anos ou 10 anos, nós veremos que aqueles brasileiros que estavam ali com raiva — nós somos humanos, temos raiva, alegria, ódio — já estavam antevendo que o Governo do PT faria o mesmo com nosso País que fez no passado. Isso tem reflexo na saúde, na educação, no esporte, na alimentação, no preço do feijão e do arroz, que está mais caro, no preço do peru de Natal, que muitos brasileiros não vão poder mais ter em suas mesas.

É por isso que eles recomendam o fim da Lei de Incentivo ao Esporte. Desde 2007, no Brasil, empresas destinam 2% do valor que deveriam pagar de Imposto de Renda para programas esportivos de inclusão, de competição, de adaptação social para a terceira idade, para crianças.

O amor venceu, e o esporte acabou. É lamentável o que estamos vivendo.

Eu quero fazer um pedido aos Deputados. O dólar chegou a 6 reais e 20 centavos, hoje, em nosso País. Quando custava 4 reais e 50 centavos, com o Presidente Bolsonaro, um monte de Deputados aqui pedia *impeachment*.

Presidente Gilberto, precisamos fazer alguma coisa. Hoje, 17 de dezembro, é um dia importante. Vamos zelar pelo bem do nosso País.

Obrigado.



Documento 38/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-14:40
Publ.: DCD - 18/12/2024	Pezenti-MDB -SC	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou os números apresentados pelo Governo Federal, argumentando que eles não refletem a realidade enfrentada pelos brasileiros. Destacou o aumento do dólar para R\$ 6,20 e classificou a reforma tributária como prejudicial, por resultar no maior imposto sobre valor agregado do mundo. Também apontou os altos gastos com a Lei Rouanet e o uso de recursos de áreas essenciais para cobrir prejuízos de estatais. Enfatizou que a falta de planejamento agrava os problemas do País, e defendeu o afastamento do PT como solução.

O SR. PEZENTI (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Se um extraterrestre viesse à Terra neste momento e observasse os números que o Governo Federal divulga a respeito do Brasil, seria aqui que ele iria morar. É o paraíso!

Após 1 semana, ele estaria arrependido, porque teria que viver em um país onde o dólar está valendo 6 reais e 20 centavos; em um país que faz uma reforma tributária que vai dar a ele o maior Imposto sobre Valor Agregado do mundo — teremos o maior imposto do mundo! —; em um país onde o Governo gasta 16 bilhões de reais com a Lei Rouanet; em um país que precisa tirar dinheiro de áreas essenciais para cobrir o rombo de estatais que dão prejuízo.

Qual é o plano do Governo? Ninguém sabe, porque ele não tem plano.

O Brasil está doente, Sr. Presidente. A cura é se livrar do PT.

Muito obrigado.

Documento 39/60

235.2024	Sessão Ordinária - CD	17/12/2024-14:44
----------	-----------------------	------------------



Publ.: DCD - 18/12/2024 Alice Portugal-PCdoB -BA

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou os desafios da reforma tributária, defendendo a taxaço de grandes fortunas e criticando a desigualdade social. Afirmou que a alta dos juros e do dólar resulta de sabotagem do Banco Central ao Governo Lula. Rebateu críticas da Oposição, lembrando a extinção dos Ministérios do Esporte e da Cultura durante o Governo Bolsonaro. Denunciou ações golpistas envolvendo militares e defendeu punições severas, citando investigações contra o General Heleno e outras figuras por suposta participação em tentativas de golpe. Encerrou defendendo a democracia e rejeitando anistia a golpistas.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos às vésperas do fim do ano e chegamos a dias decisivos nesta Casa, que confirmará a sua vocação de buscar a diminuição e a simplificação de tributos.

Quero parabenizar todos os Deputados que se dedicaram ao debate da reforma tributária.

Espero que, no dia de hoje, consigamos inclusive reduzir danos. O ideal seria nós termos conseguido taxar as grandes fortunas, os donos de lanchas, os donos de aviões, aqueles que acumulam em torno de 80% da riqueza do Brasil em detrimento dos 80% que nada têm em nosso País. É aí que nós temos o problema: de um lado, a desigualdade social e a concentração de riqueza conduzem o Brasil à pobreza; de outro, na ponta da usura, da agiotagem oficial, nós temos a subida dos juros. O Banco Central do Brasil é o capitão hoje de um boicote, de uma sabotagem ao Governo do Presidente Lula. Essa é a razão da subida do dólar.

Surpreende-me alguns falarem que a redução de gastos retirará o Bolsa Atleta. O Bolsonaro acabou com o Ministério do Esporte, e os campeões de plantão aqui não vieram falar. Venham para cá falar da Lei Rouanet, que é uma dação em pagamento, em que empresas aportam recursos e têm a isenção de imposto proporcional. O Bolsonaro acabou com o Ministério da Cultura.

Quem são V.Exas. da extrema direita para avocar um fantasma absurdamente comprometido com a tentativa de implodir a democracia e falar sobre a realidade política econômica do Brasil? O Brasil está sendo reconstruído, mas ele foi deixado aos cacos. Ele foi deixado no limbo nesses 6 anos de governo: 2 anos de convivência com os interesses internacionais, lamentavelmente comandado por um constitucionalista que fez vista grossa para um golpe parlamentar contra a Presidente Dilma, uma mulher honrada; e, depois, 4 anos



de descalabro.

Agora o primeiro general quatro estrelas foi preso na história do Brasil, manchando a bandeira do Exército Brasileiro, da nacionalidade. Esse cidadão precisa perder a patente. Esse cidadão não pode gozar de privilégios e facilidades para se articular na caserna e continuar obstruindo a Justiça. Espero que imediatamente o General Heleno, grande articulador do golpe... Inclusive, comenta-se que, de acordo com os áudios, com os documentos, a prisão do Ministro Braga Netto será seguida pela prisão do outro general quatro estrelas, o Sr. Augusto Heleno, ex-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o GSI.

Segundo o jornal *O Globo*, a Polícia Federal indiciou Heleno no inquérito que investiga a participação de militares em uma tentativa de golpe de Estado envolvendo a disseminação de desinformação e planejamento de assassinato: envenenamento do Presidente Lula, morte do Ministro Alexandre de Moraes e morte do Vice-Presidente da República, para que não houvesse qualquer tipo de possibilidade de substituição no campo da democracia.

Por isso, finalizo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Peço aos Srs. Deputados que mantenhamos os 3 minutos, para que todos possam falar.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA) - V.Exa. concedeu mais tempo ao orador anterior.

Eu gostaria de dizer que a nossa luta é pela cidadania, a nossa luta é pela sociedade com conceito civilizatório de paz e de garantia da democracia em nosso País.

Não! Anistia jamais a quem prepara golpes!

Documento 40/60

16.2024.N	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-11:20
Publ.: DCN - 19/12/2024 -	Jack Rocha-PT -ES	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

A Deputada discutiu em globo os Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLNs) n°s 3, 14 a 20, 27, 28, 30, 32 a 34 e 36 a 39, de 2024, relacionados ao orçamento e finanças públicas e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de



2025, abordando alterações no Orçamento Fiscal e de Investimento da União, com créditos suplementares e especiais para diferentes órgãos e empresas estatais, como Petróleo Brasileiro (Petrobras), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Companhia Docas; reforços orçamentários para ministérios, tribunais e Justiça Federal; ajustes no Plano Plurianual (PPA) e no Fundo Partidário; e medidas para o fortalecimento de setores como desenvolvimento agrário, portos, aeroportos e segurança pública. Na oportunidade, reafirmou o compromisso do Congresso com o desenvolvimento nacional, destacando a importância da reforma tributária e a isenção de impostos sobre a cesta básica. Defendeu a valorização do salário mínimo e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), alertando contra cortes previstos no Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, que altera a política agrícola, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Lei do Programa Bolsa Família, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências. Além disso, ressaltou a necessidade de proteger direitos trabalhistas e programas sociais, como o Bolsa Família e o Pé-de-Meia. Também enfatizou o apoio à Política Nacional de Cuidados e a defesa das mulheres, especialmente negras, no orçamento.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas Federais, Senadores e Senadoras, nesta sessão do Congresso Nacional, nós reafirmamos o compromisso com o Brasil. Ao discutir aqui projetos tão importantes para garantir o desenvolvimento e a soberania nacional, este Congresso Nacional dá um exemplo de comprometimento com o povo brasileiro.

Na reforma tributária, aprovada na Câmara e no Senado, foram discutidos temas importantes, como a redução e até a isenção dos impostos sobre a cesta básica, o que vai beneficiar principalmente quem mais precisa, vai beneficiar o comércio local, vai beneficiar quem produz alimentos para colocar na mesa de cada brasileiro e de cada brasileira.

Lembro que economia se faz incluindo o povo no orçamento. Nós colocamos aqui a importância de a saúde e a educação estarem fora do arcabouço porque sabemos que, na disputa de rumos do nosso País, temos que dar as condições, desde a base, para que projetos sejam concluídos.

Eu quero frisar as creches, as escolas em tempo integral, que valorizam a educação pública gratuita de qualidade. Também quero frisar a necessidade de valorização do Sistema Único de Saúde para que todas as pessoas do nosso País possam receber atendimento digno.

Eu não posso deixar de falar de algo importante aqui na tribuna desta Casa: a defesa do salário mínimo e do Benefício de Prestação Continuada.

É preciso defender o salário mínimo, porque nós sabemos que ainda existe uma desigualdade muito forte no nosso País. A precarização do trabalho daqueles e daquelas que não têm direitos tem empurrado, cada vez mais, a massa



trabalhadora para a informalidade. É preciso recuperar esses direitos.

Eu quero falar do direito a aposentadoria, a férias, a 13º salário. Eu quero falar da valorização de quem é CLT, principalmente daquelas pessoas que cumprem uma escala de trabalho que não lhes dá direito a descanso, que não têm direito a uma vida além do trabalho.

É preciso defender o BPC — Benefício de Prestação Continuada, sobretudo, para as pessoas que são as mais nobres do nosso País, que necessitam de cuidado, que necessitam da mão do Estado brasileiro estendida.

Portanto, é missão deste Congresso Nacional combater as fraudes, para que não haja cortes de benefícios. Quando eu digo que é preciso combater as fraudes, eu digo que precisa haver fiscalização na ponta. Os programas sociais, como o BPC, o Bolsa Família e o Pé-de-Meia, revolucionam a base da pirâmide social do nosso País e promovem, cada vez mais, a igualdade entre as pessoas.

Neste momento, nós estamos defendendo que as propostas que estão sendo apresentadas no PLN, no arcabouço e no Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, incluam o povo e não ousem fazer exclusão.

Quero frisar o papel importante de uma população que corresponde a mais de 50% dos brasileiros: as mulheres, em especial as mulheres negras. Quero dizer que a bancada feminina, principalmente do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, sempre estará a favor das medidas que vêm ao encontro das necessidades daquelas que cuidam do povo.

Eu saúdo o Congresso Nacional pela aprovação da Política Nacional de Cuidados. É preciso que caiba neste Orçamento que estamos votando aqui a Política Nacional de Cuidados. É preciso que caibam neste Orçamento que estamos votando aqui todas as mulheres que são mães e chefes de família no Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 41/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-14:00
Publ.: DCD - 19/12/2024	Charles Fernandes-PSD -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a aprovação da reforma tributária como um passo importante para o Brasil modernizar seu sistema tributário, reduzir a carga de



impostos e fomentar o crescimento econômico. Reconheceu que a reforma não é ideal, mas a considerou necessária para aliviar o peso fiscal sobre comerciantes, agricultores e consumidores. Enfatizou a necessidade de políticas que combatam a especulação, tornem a cesta básica mais acessível e promovam a geração de empregos e renda. Defendeu maior tributação sobre quem pode pagar mais, alinhando-se à visão do Governo, e reforçou a urgência de combater desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, nobre Presidente Gilberto Nascimento, que inicia os trabalhos nesta tarde de quarta-feira, neste esforço concentrado que esta Casa está fazendo durante esta semana. Pautas importantíssimas nós aprovamos ontem. E é claro que ainda há muita coisa para se votar até sexta-feira.

Vou falar da importância da reforma tributária. Nós que moramos no interior da Bahia, nas andanças que fazemos pela região, pelas feiras livres, pelos supermercados, conversamos com os pequenos comerciantes, agricultores, e as pessoas nos perguntam: "*Por que as coisas estão subindo tanto de preço, Deputado?*" Porque o comércio, o médio comerciante, os agricultores familiares e até mesmo o agro não aguentam mais o peso desses impostos.

Eu ouvi aqui alguns dizerem que essa reforma não é a ideal. É claro que não é a ideal, não é a que nós todos queremos, mas foi a possível de ser feita. Ela é importantíssima hoje para o nosso País. Durante quantos anos se falou dessa reforma tributária aqui nesta Casa e se tentou, e se tentou, e não se conseguiu aprová-la? Agora nós aprovamos um modelo bem mais novo, mais moderno, e o País ingressará nos países desenvolvidos com esse novo modelo. Por isso, esta Casa tem que se debruçar não só sobre o que nós aprovamos, mas também sobre outros projetos daqui para frente, para que nós possamos continuar diminuindo o peso dos impostos no nosso País e gerar emprego e renda. Temos que cobrar mais de quem pode pagar mais, como disse o Ministro Haddad, tornar a cesta básica mais acessível ao povo, fazer a economia girar e melhorar a qualidade de vida da nossa população.

A fome se combate, como é da vontade do Presidente Lula, combatendo-se a especulação e se assegurando preços acessíveis, principalmente para a maioria, que tem poder de compra menor. É isso que nós estamos esperando daqui para frente.

E eu tenho a certeza da aprovação, hoje, dos projetos de ajuste do nosso Governo. O que leva a crer, o que se tem a dizer do dólar, hoje, a 6,20 reais? A especulação no nosso País é muito grande. Não dá mais para admitir que especuladores joguem contra o nosso País, porque quem paga a conta são os menores, são aqueles que mais precisam.

E é por isso, nobre Presidente, que esta Casa deu um passo importante com a aprovação dessa reforma tributária, na tarde e na noite de ontem. E assim haveremos de votar os ajustes hoje, para que nós possamos ver o País crescer



ainda muito mais, dando oportunidade para todos.

Nobre Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento em todos os meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 42/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-14:16
Publ.: DCD - 19/12/2024	Erika Kokay-PT -DF	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou como histórico o dia anterior, com a aprovação da reforma tributária, que isenta de tributação os alimentos saudáveis e introduz o mecanismo de *cashback* para enfrentar desigualdades. Agradeceu ao Relator do Projeto de lei complementar nº 68, de 2024, por aceitar a sugestão de diversos Parlamentares, incluindo ela mesma e a Deputada Laura Carneiro, para excluir a transferência do superávit do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) para o pagamento de despesas financeiras. Reforçou a importância de políticas de prevenção e enfrentamento ao uso abusivo de drogas.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, primeiro, acho que, nesta Casa, houve um fato histórico ontem: a aprovação da reforma tributária, que vai isentar de tributação os alimentos saudáveis e vai possibilitar o *cashback*, que é fundamental para enfrentar as desigualdades.

E queria aqui, na discussão do PLP, agradecer muito ao Relator, porque ele concordou com uma sugestão que partiu de vários Parlamentares — eu fiz uma emenda nesse sentido, e a Deputada Laura também — para tirar o superávit do Fundo Nacional Antidrogas — FUNAD. O projeto fazia com que esse superávit fosse transferido para o pagamento de despesas financeiras.

Políticas de prevenção e políticas de enfrentamento à utilização abusiva ou danosa de drogas são absolutamente fundamentais. Portanto, parabéns ao Relator por ter acatado esta sugestão.

Documento 43/60



236.2024

Sessão Ordinária - CD

18/12/2024-14:20

Publ.: DCD - 19/12/2024

Heitor Schuch-PSB -RS

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado agradeceu ao Brasil pelo apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul após as adversidades enfrentadas em 2024, destacando o trabalho de voluntários e a solidariedade recebida de todo o País. Enfatizou que, embora progressos tenham sido feitos, a reconstrução exigirá mais tempo e mudanças, mas o Estado seguirá forte. Também abordou ações relacionadas ao meio ambiente, biotecnologia e a transição energética, além de se manifestar a favor da reforma tributária, que, segundo ele, garante a estabilidade financeira para Estados e Municípios. Por fim, expressou preocupação com o impacto do Projeto de lei nº 4.614, de 2024, sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as populações mais vulneráveis.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, quero, neste final de ano legislativo, fazer um agradecimento ao Brasil, aos brasileiros. O ano de 2024, para nós gaúchos, é, sem dúvida, o ano da reconstrução, e conseguimos apressar o passo muito em função do trabalho dos voluntários, da grande solidariedade e das inúmeras doações que recebemos do País inteiro para a reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul.

Um fraterno abraço ao Brasil, aos brasileiros, e muito obrigado por esse apoio!

Muita coisa foi feita pelos Municípios, pelo Estado, pela União e também por este Parlamento, que, cumprindo com a sua missão, vota os projetos, os PLNs, as PECs e outras ferramentas para alcançar os recursos e fazer com que esse processo caminhe com mais celeridade.

Mas nem tudo está pronto. A reconstrução vai levar mais tempo, a reconstrução vai exigir que algumas cidades inclusive mudem, em parte, de lugar. Mas nós vamos fazer isso, e o Rio Grande do Sul continuará grande, continuará forte e certamente vai ser um lugar ainda melhor de se viver daqui para a frente.

Por outro lado, eu queria destacar também que neste ano foram realizadas diversas ações importantíssimas relacionadas a essa temática ambiental, ao desenvolvimento, a políticas novas, que dialogam com biotecnologia, bioinsumos, biofertilizantes, que foram votadas nesta Casa e que vão começar a fazer efeito, com certeza, logo mais à frente, até porque estamos nesse período de transição energética.



Como disse já o Papa Francisco, cuidemos do planeta, que é a nossa casa!

Portanto, precisamos também dar esse exemplo para os nossos filhos, nossos netos, as futuras gerações, e fazer, logicamente, a nossa parte. De outra parte, também votei a favor e estou convencido de que esta reforma tributária, este projeto, que apareceu aqui há 6 anos, debatido em Comissão, criticado, mudado, tem agora que ser colocado em prática daqui para a frente, porque ele é a garantia de que Estados e Municípios não vão perder receita, de que não vamos ter aumento de impostos e de que o Parlamento compreendeu o desejo dos brasileiros, seja dos trabalhadores, dos sindicatos, seja dos empresários, com suas representações da indústria, do comércio, dos serviços, do setor agropecuário. Afinal de contas, todos nós somos integrantes desse processo, sujeitos dessa história, sujeitos a erros e sujeitos a acertos.

Se já houve projetos no passado que não deram muito certo, estejamos esperançosos de que o que foi votado e aprovado aqui possa melhorar a vida, em especial, de quem vive do trabalho, não da especulação, não do contrabando, não dessas coisas que estão à mercê da lei, e que, portanto, nós precisamos caminhar dentro daquilo que se constrói e se quer diante de uma Nação.

Por último, ainda há coisa importante para votar? Há. E há esse tema do BPC. Eu acho uma injustiça, uma maldade o que se quer fazer com as pessoas mais simples, mais humildes, as pessoas que mais precisam de um salário mínimo. Enquanto aqui se trabalha com corte de gastos — e é preciso cortar gastos como se corta uma unha —, não se pode pensar que aumentar juros vai ser a solução, até porque isso vai fazer com que se tire da economia muito mais dinheiro do que todos os demais gastos.

Feliz Natal a todos! Muito obrigado.

Documento 44/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-14:36
Publ.: DCD - 19/12/2024	Pompeo de Mattos-PDT -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado fez um apelo para que a Câmara coloque em pauta o Projeto de Lei Complementar nº 212, de 2024, de sua autoria, que visa restaurar os direitos dos professores e servidores públicos, permitindo a contagem de tempo de serviço durante a pandemia. Criticou a Lei Complementar nº 173, de 2020, que retirou esses direitos, prejudicando os profissionais que continuaram a trabalhar. Também lamentou a retirada da erva-mate da cesta básica com tarifa



zero, um erro, segundo ele, da reforma tributária. Defendeu a importância da erva-mate, especialmente para o Rio Grande do Sul, e prometeu lutar por sua reinclusão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, eu venho à tribuna nesta reta final de ano fazer um apelo a esta Casa: nós ainda temos tempo de colocar em pauta o Projeto de Lei Complementar nº 212, de 2024, de minha autoria, que está apensado a vários projetos de lei de outros colegas Deputados, que devolve aos professores e aos servidores públicos, em geral, o direito de contar o tempo de serviço, o triênio, o quinquênio, o tempo para licença-prêmio daquele período da pandemia.

Lá em 2020, no Governo do Presidente Bolsonaro, infelizmente, foi aprovada a Lei Complementar nº 173, de 2020, que tirou a contagem de tempo de serviço de professores e servidores públicos, exceto de servidores da saúde e das Forças Armadas. Esses servidores tomaram um prejuízo enorme na sua carreira, na sua luta, no seu trabalho e hoje estão buscando recuperar o que é seu, o que é o seu direito. Eles continuaram sendo servidores, continuaram trabalhando. Por via de consequência, merecem, precisam e têm direito.

Então, nós precisamos revogar a Lei Complementar nº 173 — e o meu projeto prevê exatamente isso —, para amparar os professores e as professoras que deram aulas, às vezes presencialmente, às vezes a distância, que se dedicaram, que fizeram a sua parte, que honraram a sua profissão e foram penalizados, foram castigados por esta lei esdrúxula e equivocada. Errar é humano, mas permanecer no erro é divino. O Governo do Presidente Lula tem a responsabilidade de rever esse conceito. Essa é a nossa luta, esse é o nosso esforço.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu quero lamentar que nós não tenhamos aprovado a inclusão da erva-mate na cesta básica, com tarifa zero, com imposto zero. Esta Casa encaminhou essa proposta, o Senado Federal a aprovou, ela voltou para cá, e foi retirado o imposto zero da erva-mate. Ela saiu da cesta básica. Via de consequência, vão cobrar impostos sobre a erva-mate.

Eu sou filho de ervateiro, criei-me num barbaquá. Meu pai tinha barbaquá, um sistema antigo de fazer erva, erva de sapeco, erva de cancheado, erva no balaio, erva para ser levada para o soque, para ser socada, erva para ser moída depois, erva-mate pura. Pois sobre essa erva se vai pagar um imposto caro. Esse foi um dos equívocos da reforma.

Há muita coisa boa na reforma, sim, mas aí está um equívoco, este relativo à erva-mate. No Brasil se consome erva-mate — no Rio Grande do Sul, muito intensamente. Nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul consome-se mais erva-mate do que café. Então, ela tem uma importância singular, uma importância muito grande. Quantas ervateiras, quantas indústrias geram emprego e renda, geram



benefícios, especialmente no Rio Grande do Sul? Nós nos levantamos em defesa dos ervateiros, da erva-mate. Inclusive, assim que for promulgada essa lei sem reconhecer a erva-mate com imposto zero, eu vou apresentar um projeto de lei aqui para recuperar isso.

Para terminar, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu defendo a erva-mate. Eu sou seguidor dos ervateiros, sou seguidor dessa luta. O ritual das rodas de chimarrão, de servir sem distinção nesse culto à igualdade, é um gesto de hospitalidade herdado dos ancestrais, dos avós dos pais dos meus pais, guardiões da liberdade, farroupilhas na verdade, que hoje mateiam em paz. Sou seguidor dessa raça, sou da estirpe farrapa, sou um retalho do mapa riscado à ponta de adaga, sou herdeiro desta saga, tenho nome sem ter casta, sou a tradição que se arrasta na trincheira do embate, sou a própria cuia do mate. Eu sou gaúcho e me basta!

Documento 45/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-17:20
Publ.: DCD - 19/12/2024	Carlos Zarattini-PT -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu as políticas econômicas do Governo Lula, destacando o crescimento do PIB, a redução do desemprego e o aumento do consumo como conquistas importantes. Criticou a Oposição por apoiar a especulação no mercado financeiro e ressaltou as medidas fiscais do Ministro Fernando Haddad, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a taxa de 15% sobre rendimentos acima de 50 mil reais. Elogiou a reforma tributária, que beneficia os trabalhadores e reduz impostos sobre itens essenciais, e criticou o Governo Bolsonaro por não avançar com a reforma, afirmando que é necessário cobrar mais impostos dos ricos para garantir justiça fiscal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é impressionante vermos aqui a Oposição defender a especulação no mercado. É essa especulação que vem elevando o valor do dólar de forma totalmente irracional, antinacional e antipovo.

A Oposição fica batendo palmas para quem está ganhando na especulação



financeira, exatamente no momento em que nós estamos trabalhando para que o Brasil cresça. A taxa de crescimento do PIB superou todas as expectativas, a taxa de desemprego superou todas as expectativas, e o consumo vem aumentando. Porém, a Oposição acha lindo e maravilhoso aquilo que o mercado financeiro está fazendo, que é especular com o dólar. Isso, logicamente, impacta negativamente a economia.

O Governo tem agido. Por que ele irrita tanto a Faria Lima? Irrita a Faria Lima porque o Ministro Fernando Haddad, além de apresentar medidas de ajuste do Orçamento, ainda apresentou uma proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e de cobrança de quem ganha acima de 50 mil reais por mês de mais uma taxa de 15%. É isso que o mercado, que os operadores de mercado, que os capitalistas, que os milionários não querem. E é por isso que combatem Fernando Haddad e o Governo Lula, porque é o Governo que bota o dedo na ferida, que cobra imposto dos que têm mais. É um Governo que aprovou aqui a reforma tributária sobre o consumo, que, além de simplificar o imposto, além de beneficiar o desenvolvimento industrial, ainda reduziu o imposto para os trabalhadores e aqueles que mais precisam.

Essa foi uma reforma tributária justa, feita depois de 40 anos de tentativa. E não foi apenas uma simplificação, mas muito mais do que isso, porque nós garantimos que o trabalhador não vai pagar imposto na cesta básica, na carne, que vai haver *cashback*, ou seja, a devolução do imposto para aqueles de menor renda, a devolução do imposto da água, do imposto da energia elétrica, do imposto das telecomunicações. Esse foi um avanço enorme, que se deve a quê? O Governo do Presidente Lula pegou essa reforma na unha e disse: "*Nós vamos fazer!*"

O Governo anterior, de Bolsonaro, tinha aquele Paulo Guedes ridículo, que largou mão da reforma tributária, recusou-se a encaminhá-la. Mas nós temos responsabilidade e estamos fazendo. E vamos fazer mais. Vamos ajustar o Imposto de Renda para que o trabalhador da classe média, o trabalhador mais pobre, pare de pagar Imposto de Renda. Imposto de Renda tem que ser cobrado dos ricos, daqueles que ganham mais, dos milionários. É deles que precisa ser cobrado.

Obrigado, Presidente.

Documento 46/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-19:52
Publ.: DCD - 19/12/2024 -	Zé Trovão-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula por medidas que prejudicaram



trabalhadores e aposentados em 2024, como o Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2024, que limita o reajuste do salário mínimo a 2,5% ao ano. Destacou o contraste entre cortes aos cidadãos e o aumento de gastos públicos, questionando a responsabilidade da Câmara diante das necessidades da população. Além disso, lamentou a falta de avanços na reforma tributária e a ausência de anistia para presos políticos. Também alertou sobre o impacto das decisões do Parlamento nas próximas eleições e parabenizou os assessores parlamentares pelo trabalho essencial.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, eu quero chamar-lhes a atenção, porque hoje, provavelmente, nesta última sessão do ano, nós encerraremos o ano de 2024, deixando ao Brasil um lastro de tristeza, dor e muita destruição. Este foi um ano muito difícil, em que nós enxergamos, diversas vezes, o Governo Lula conseguindo tirar o brilho do povo brasileiro.

Bom, eu quero falar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2024, como exemplo do que está acontecendo. Ele revela um contraste chocante entre a política de cortes imposta aos trabalhadores e os gastos excessivos do Governo, que propõe limitar o reajuste do salário mínimo a 2,5% ao ano, sacrificando milhões de brasileiros que dependem dele, enquanto observam o aumento significativo nos gastos públicos.

O que é isso? Nós estamos entregando ao aposentado, a quem mais precisa, algo que humanamente não é válido, não poderia existir. E eu queria que os senhores, que foram eleitos pelo voto popular, pelo voto do povo, atentassem a isso, prestassem atenção ao que nós estamos criando.

A aposentadoria, algo que vem retirando o povo da pobreza, ano após ano, já não consegue mais contemplar isso. Pessoas sobrevivem, ao contrário de cada um de nós, muito ao contrário, porque um aposentado ganha 1.412 reais por mês, e um Deputado Federal ganha mais de 1 mil reais por dia!

Coloquem isso na lembrança histórica. Homens que ganham mais de mil reais por dia aprovaram algo que vai dar ao aposentado 2,5% de aumento por ano. Isso chega a ser absurdo, alarmante!

Quem somos nós? Para o que fomos eleitos, se esta Casa não tem complacência com o eleitor? Não houve uma discussão. E eu peço a todos que ouçam e entendam o que eu estou dizendo, que atentem para a vida do povo brasileiro, pelo amor de Deus!

Em um ano em que nós tivemos tantas vitórias como Oposição, graças às Lideranças firmes deste Parlamento, tivemos também as piores derrotas. Vimos uma reforma tributária ser encaixotada e colocada no bolso do povo brasileiro, sem nem sequer se ouvir quem realmente precisa.

Alguns vão dizer: *"Este Deputado é louco! Sobre o que ele está falando?"* É



claro, o povo que está lá fora não entende o que esta Casa faz.

Talvez, cortes de vídeos e publicações separadas enganem a população, mas eu espero que esta minha última fala, no ano de 2024, faça lembrar o povo brasileiro de que o Governo, que não quis cortar na própria carne, já criou um rombo gigantesco em nossas estatais.

Para contratar um funcionário e colocá-lo para trabalhar e dar dignidade à sua família, nós temos uma carga de 43% em encargos sociais. Isso não foi pensado na reforma tributária. Isso não foi pensado em nenhum momento neste Parlamento.

O que nós vemos? Que alegria! Como vamos ceiar no Natal com as nossas famílias, deixando um legado de muita destruição para este País?

Eu quero aproveitar para falar também do General Braga Netto e para falar também dos nossos presos políticos, que, mais uma vez, vão viver a tormenta de um único homem.

Quero lembrar aos senhores que, enquanto os fogos explodirem, nós teremos homens e mulheres inocentes comendo marmitta azeda no presídio. Lá não haverá ceia de Natal! Lá não haverá nenhuma comemoração ou festa! E tudo isso porque também não votamos a anistia nesta Casa este ano!

Eu fico me perguntando se é possível continuar andando pelas ruas, dizendo que somos os defensores da democracia, quando nós não conseguimos defender o básico.

Infelizmente, senhores e senhoras, no meu último discurso deste ano nesta Casa, respeitosamente, eu quero dizer a todos os Parlamentares que, ou nós levantamos as nossas vozes em 2025 e não permitimos mais que ocorram as aberrações que foram cometidas nesta Casa neste ano, ou, em 2026, muitos que foram eleitos pagarão caro por tudo o que fizeram de ruim contra esta Nação.

Neste minuto que me resta, eu quero a atenção de todos os assessores parlamentares, pois eu quero parabenizá-los pelo trabalho que vocês conduzem nesta Casa. Os assessores parlamentares desta Casa pouco são lembrados, mas são os heróis aqui dentro.

Graças a vocês, projetos de leis absurdos não passaram, porque vocês nos alertaram antes.

À equipe do PL — Partido Liberal, do qual faço parte, meus parabéns pelo bom trabalho de vocês! Meus parabéns a toda assessoria em geral da Câmara dos Deputados. Vocês são os verdadeiros heróis. Sem vocês este Parlamento não funcionaria.

Muito obrigado.



Documento 47/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-15:40
Publ.: DCD - 19/12/2024	Zé Neto-PT -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado comemorou a entrega de um novo centro de convenções em Feira de Santana (BA), um projeto que foi resultado de 21 anos de luta. Informou que o centro, com investimento de aproximadamente R\$ 60 milhões, inclui um teatro com capacidade para 700 pessoas, um espaço para mais de 2 mil pessoas e uma área externa para eventos com capacidade para 20 mil pessoas. Destacou que o centro impulsionará a cultura e a economia local. Criticou a postura de alguns Parlamentares da Oposição que ironizaram o aumento do dólar, brincando com o valor simbólico de "6 reais e 20 centavos". Ressaltou que a política econômica do Governo Federal prioriza o mercado interno e o setor produtivo, beneficiando a população e fomentando o consumo entre os mais pobres. Também destacou que muitas das políticas implementadas passam pelo crivo do Congresso, incluindo a reforma tributária, cuja aprovação foi possível graças ao atual Governo.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, queria aqui aproveitar este primeiro momento do meu pronunciamento para agradecer ao Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e ao Secretário de Cultura do Estado, Bruno Monteiro, pelo evento importante que aconteceu na segunda-feira na minha cidade, Feira de Santana, que recebeu das mãos do Governo do Estado, depois de uma luta de muitos anos, de cerca de 21 anos, um grande centro de convenções, com um grande teatro. O teatro comporta quase 700 pessoas, e o centro de convenções é para mais de 2 mil pessoas, com uma área de *shows* e eventos para mais de 20 mil pessoas.

Foi um investimento de cerca de 60 milhões de reais numa ferramenta que, com certeza, servirá para que possamos garantir muito mais cultura e muito mais avanços na economia da cidade, economia no sentido vasto da palavra, com muito mais produtividade e, acima de tudo, muito mais autoestima para a minha querida Princesa do Sertão.

Quero deixar registrado, com muita alegria, a minha satisfação e a minha felicidade. Minha cidade está muito feliz com o centro de convenções que foi entregue, na segunda-feira, pelo Governador Jerônimo Rodrigues, a quem agradeço, de público, no plenário desta Casa.



Aproveito para dizer que não entendo o que a Oposição quer. Ela estava ali brincando com uma nota de 6 reais e 20 centavos, lembrando que o dólar está custando 6 reais e 20 centavos no Brasil. Essa é a mesma Oposição que, permanentemente, questiona o sistema que está aí, sendo que só fizeram fortalecer o mercado, que não é o mercado que nos interessa. O mercado que interessa ao Presidente Lula, o mercado que interessa a nós, é o mercado onde o pobre compra, onde a população compra. Trata-se do mercado interno, do mercado produtivo, do setor produtivo do País.

Eu vi muita felicidade nos rostos de alguns da Oposição — não todos — que estavam ali brincando com o fato de no nosso País o dólar estar custando 6 reais e 20 centavos. Esses Deputados deveriam estar preocupados, até porque a política econômica que está sendo conduzida pelo Governo Federal passa muito pelas emendas desta Casa; passa pelos movimentos desta Casa; passa pela responsabilidade desta Casa; passa pela política que nós estamos fazendo, para levar adiante uma reforma tributária debatida nesta Casa por quase 40 anos e aprovada só no nosso Governo, que conseguiu, com muita maestria, levar adiante a votação.

Espero que alguns da Oposição — não todos — tenham consciência e que, em vez de reclamar, apontem caminhos. E não comemorem o fato de o dólar estar a 6 reais e 20 centavos no Brasil.

Documento 48/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-16:08
Publ.: DCD - 19/12/2024	Paulão-PT -AL	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a aprovação histórica da reforma tributária pela Câmara dos Deputados, encerrando uma espera de mais de 40 anos. Elogiou o Deputado Reginaldo Lopes por sua atuação como relator, conduzindo o diálogo com diversos segmentos. Ressaltou os benefícios da reforma, como a redução de tributos sobre a cesta básica, maior poder de consumo, simplificação tributária, segurança jurídica para empresas de todos os portes e equilíbrio regional, promovendo desenvolvimento econômico e justiça social.

O SR. PAULÃO (Bloco/PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a Câmara Federal ontem deu uma demonstração de grandeza — e esta é a pauta positiva — quando aprovou a reforma tributária, um projeto que estava



dormitando nesta Casa há mais de 40 anos.

Eu quero saudar aqui o Deputado Reginaldo Lopes, que foi o nosso Relator, com maestria, ouvindo os vários segmentos.

E no que isso se reflete na nossa vida? Melhora a qualidade de vida. Consegue-se diminuir a burocracia e dar segurança jurídica para o micro, o médio e o grande empresário, e isso é muito importante. Diminui-se o tributo da cesta básica e, com isso, aumenta-se o poder de consumo. Consegue-se fazer uma discussão regional, porque toda a produção era concentrada só em São Paulo, na origem, e agora há o princípio do destino, o que traz um equilíbrio.

Então, a reforma tributária representa desenvolvimento econômico e justiça social.

Parabéns à Câmara Federal! Parabéns ao Deputado Reginaldo, que foi o timoneiro nesta Casa para que pudéssemos desobstruir uma pauta que estava dormitando há mais de 40 anos. O Brasil ganha com isso.

Muito obrigado.

Documento 49/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-16:20
Publ.: DCD - 19/12/2024	Alice Portugal-PCdoB -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada realizou um balanço do ano legislativo, destacando conquistas como a reforma tributária, que reduziu impostos sobre a cesta básica, a reafirmação das cotas étnico-raciais e sociais, e o endurecimento das punições contra feminicídios e violências. Ressaltou a importância de proteger a democracia diante de ameaças extremistas, como as tentativas de golpe e atos violentos, celebrando a prisão emblemática de um general envolvido. Desejou saúde ao Presidente Lula para seguir com a reconstrução do país e expressou votos de um Natal e Ano-Novo marcados por esperança, igualdade e o fim da cultura de ódio.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.)
- Sra. Presidenta, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro, quero dizer que esta é uma semana em que estamos fazendo um balanço do ano legislativo, um ano com muitas vitórias para o povo e toda uma vetorização na reconstrução



nacional.

Surpreendentemente, depois do 8 de Janeiro de 2023, nós tivemos mais episódios, mais tentativas de desestabilização da democracia. Aliás, a primeira prisão de um general 4 estrelas se deu sob a égide de que a tentativa do golpe não foi apenas entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023. O golpe estava ainda sendo urdido, estava sendo tramado, ainda sendo discutido. A obstrução ao trabalho da Justiça para o esclarecimento dos fatos ocorridos neste País estava acontecendo através da intervenção luxuosa de um general ou mais.

Esta é, evidentemente, uma prisão emblemática e educativa, porque separa essa horda golpista dos militares nacionalistas corretos, que têm compromisso com a Constituição, que têm compromisso com a democracia, que têm compromisso com os serviços para os quais juraram sua função de servidores públicos.

Por isso mesmo, eu quero dizer que o balanço deste ano nos traz de volta a necessidade de honrar a Constituição e juntar todos e todas que querem a relação de um pacto civilizatório no Brasil contra os extremismos.

Aquele cidadão que explodiu a própria vida na frente do Supremo Tribunal Federal é a demonstração da inoculação do vírus do extremismo, e isso não interessa ao povo brasileiro.

Interessa ao povo brasileiro a reforma tributária que foi aprovada ontem, que retira os itens da cesta básica daquela conjugação malévola de impostos altos. Interessam ao povo brasileiro as cotas que foram reafirmadas, neste ano, no Plenário da Câmara dos Deputados, as cotas étnico-raciais e sociais das universidades e dos institutos federais e dos concursos públicos para a população negra. Interessam ao povo brasileiro as decisões que nos levaram a aperfeiçoar as legislações e o Código Penal, de modo a aprimorar a punição daqueles que cometem feminicídio, que cometem violência contra a mulher, contra a criança e o adolescente. Isso interessa ao povo brasileiro!

Quero desejar muita saúde ao Presidente Lula, que já se recupera com grande facilidade, pois é um homem saudável e corajoso. Desejo a ele saúde para continuar esta rota da reconstrução nacional e da afirmação democrática.

Um feliz Natal e um Ano-Novo cheio de esperança, de igualdade, de garantias, de direitos afirmados e, acima de tudo, do banimento da cultura do ódio das nossas relações sociais e políticas.

Muito obrigada.



Publ.: DCD - 19/12/2024 Dr. Zacharias Calil-UNIÃO -GO

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado justificou seu voto contrário à reforma tributária, denunciando medidas que, segundo ele, aumentam a desigualdade e penalizam os mais vulneráveis. Criticou a limitação ao reajuste do salário mínimo, alterações no Benefício de Prestação Continuada (BPC), exigências burocráticas para benefícios sociais, cortes na educação e no PROAGRO, e a prorrogação da desvinculação das receitas da União. Apontou, ainda, restrições ao abono salarial como prejudiciais aos trabalhadores de baixa renda. Afirmou que tais medidas sacrificam direitos essenciais e comprometem o futuro do País, convocando os colegas a corrigirem os abusos do pacote fiscal.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Senhoras e senhores, eu venho aqui dizer que tenho votado contra a reforma tributária e que muitos têm me perguntado por quê.

A ideia principal da reforma não é fazer com que as pessoas e as empresas paguem menos impostos. A ideia é simplesmente simplificar o processo. Diante disso, eu utilizo esta tribuna para trazer à luz a verdade nua e crua sobre esse pacote fiscal.

Vamos aos fatos.

Limitação do crescimento do salário mínimo. O Governo propõe limitar os reajustes do salário mínimo, sacrificando o poder de compra dos trabalhadores que sustentam a nossa economia.

Ataque ao BPC, como a Deputada Jandira acabou de falar. As mudanças propostas dificultam o acesso de idosos e pessoas com deficiência ao benefício, atacando aqueles que mais precisam do amparo do Estado. É um golpe cruel contra os brasileiros mais vulneráveis.

Pente-fino nos benefícios sociais. A exigência de biometria e de renovação no CadÚnico cria barreiras que podem excluir beneficiários legítimos. Trata-se de uma burocracia desumana, enquanto grandes devedores e privilégios fiscais continuam sem ser enfrentados.

Cortes na educação e no PROAGRO. O desvio de 20% dos recursos do FUNDEB para o ensino integral e os limites ao PROAGRO são decisões que comprometem o futuro de nossas crianças e afetam diretamente os pequenos



agricultores, que garantem a segurança alimentar do País.

Prorrogação da desvinculação das receitas da União. Essa medida retira recursos de áreas fundamentais, como saúde e educação, para alimentar o déficit fiscal.

Restrição ao abono salarial. Reduzir o alcance do abono é retirar um alívio financeiro dos trabalhadores de baixa renda. Isso não é um ajuste fiscal, é uma insensibilidade social.

Nós não podemos permitir que esse pacote fiscal transforme o Brasil em um país ainda mais desigual. Nós devemos lutar para proteger os direitos dos trabalhadores, dos idosos e das pessoas com deficiência. Não podemos ser coniventes com medidas que sacrificam os mais pobres e comprometem o futuro das nossas próximas gerações. Se não agirmos agora, estaremos deixando que a conta desse desmonte caia sobre aqueles que menos têm.

Encerro aqui, fazendo um apelo aos meus colegas Parlamentares: é o momento de corrigir esses abusos do pacote fiscal.

Solicito que este pronunciamento seja divulgado em todos os meios de comunicação desta Casa, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 51/60

236.2024	Sessão Ordinária - CD	18/12/2024-14:00
Publ.: DCD - 19/12/2024 -	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado comemorou a aprovação Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a Reforma Tributária, considerada um marco histórico para o Brasil. Destacou os avanços que o projeto traz, como a simplificação do sistema tributário, a introdução de uma alíquota zero para itens essenciais da cesta básica e a criação do Imposto Seletivo sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Além disso, ressaltou que a regulamentação beneficia pequenos empreendedores com isenção de impostos, promove a inclusão de trabalhadores informais e cria medidas para estimular o mercado imobiliário. Elogiou o compromisso do Governo com a justiça fiscal e social e parabenizou o residente Lula pela liderança na aprovação da reforma.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO



RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Hoje celebramos um marco histórico para o Brasil: a aprovação do primeiro projeto de regulamentação da Reforma Tributária. Este momento representa um avanço estruturante que nosso país aguardava há décadas. Sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estamos finalmente concretizando uma reforma que moderniza o sistema tributário, promove a justiça social e prepara o Brasil para enfrentar os desafios do século XXI.

A Reforma Tributária sempre foi um sonho de gerações de brasileiros que clamavam por um sistema mais justo, eficiente e progressivo. Hoje, damos um passo decisivo rumo a essa transformação. Este projeto estabelece as bases para um modelo tributário mais simplificado, que substitui a complexidade de tributos sobre consumo por um sistema unificado, com transparência e previsibilidade. A transição gradual, que começa em 2026 e se completa em 2033, demonstra o compromisso deste governo com uma implementação responsável e dialogada.

Um dos aspectos mais significativos desta regulamentação é a sensibilidade social. A inclusão de carnes, frangos, peixes, arroz, leite, feijão e outros itens essenciais na cesta básica nacional, com alíquota zero, reafirma nosso compromisso com a redução da desigualdade e a garantia do acesso à alimentação de qualidade para todas as famílias brasileiras. Essa medida, ao mesmo tempo em que preserva o orçamento das famílias mais vulneráveis, não compromete a sustentabilidade do sistema tributário, graças ao equilíbrio promovido pela alíquota padrão.

Outro ponto a ser celebrado é a criação do Imposto Seletivo, direcionado a produtos que impactam negativamente a saúde e o meio ambiente. Este instrumento, apelidado de “imposto do pecado”, vai além da arrecadação: ele sinaliza um novo paradigma em que a tributação também é utilizada como ferramenta para a promoção do bem-estar coletivo e a sustentabilidade ambiental. Ao sobretaxar itens como cigarros, bebidas alcoólicas e extração de minérios, enviamos uma mensagem clara de responsabilidade social e ambiental.



Para os pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, como motoristas e entregadores de aplicativos, a regulamentação trouxe inovações fundamentais. A criação da figura do nanoempreendedor, com isenção de impostos para aqueles que possuem receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil, promove a formalização e a inclusão desses trabalhadores na economia, sem sobrecarregá-los. Esse é o Brasil que queremos: um país que valoriza o trabalho e incentiva o empreendedorismo.

O setor imobiliário, por sua vez, foi contemplado com medidas que equilibram crescimento econômico e justiça tributária. Com a criação de redutores sociais e cortes lineares nas alíquotas, garantimos que as operações de compra e aluguel de imóveis sejam acessíveis para as famílias de menor renda, enquanto promovemos a dinamização do mercado imobiliário. A atualização mensal desses redutores pelo índice oficial de inflação demonstra o compromisso deste governo com a manutenção do poder de compra da população.

Não podemos esquecer a trava de 26,5% para a alíquota-geral do IBS e da CBS, que reflete a responsabilidade fiscal e a busca pelo equilíbrio no impacto da reforma sobre a carga tributária. Essa medida garante que o sistema seja sustentável e justo ao longo do tempo, com avaliações regulares que asseguram sua adequação às necessidades do país.

É importante também ressaltar a postura do governo e desta Casa em rejeitar modificações que poderiam comprometer a essência da reforma. A retirada de privilégios excessivos para setores específicos demonstra que estamos focados em construir um sistema que beneficie a coletividade e não interesses particulares. Isso ficou evidente nas decisões que retomaram a tributação justa para serviços veterinários, planos para pets e transações de jogadores de futebol.

Este projeto, senhoras e senhores, é a prova de que estamos avançando para um Brasil mais moderno, solidário e justo. Sob a liderança do presidente Lula, o país dá exemplo de diálogo e coragem para enfrentar desafios históricos. A aprovação desta regulamentação demonstra que é possível conciliar interesses diversos e construir soluções que beneficiem toda a sociedade.

Quero, portanto, parabenizar o presidente Lula, os ministros envolvidos, os parlamentares desta Casa e todos os brasileiros que acreditaram e se engajaram para que chegássemos a este momento. A Reforma Tributária não é um fim em si mesma, mas um instrumento



poderoso para impulsionar nosso desenvolvimento, gerar empregos e promover a igualdade. Hoje, com orgulho, podemos afirmar: o Brasil está no caminho certo.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 52/60

237.2024	Sessão Ordinária - CD	19/12/2024-11:16
Publ.: DCD - 20/12/2024	Coronel Fernanda-PL -MT	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou medidas propostas pelo Governo na Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2024, que altera os art. 37, art. 163, art. 203, art. 212-A e art. 239 da Constituição e o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e acresce os art. 138 e art. 139 ao ADCT; e na Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2007, que altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências. Além disso, destacou pontos que, segundo ela, prejudicam os mais vulneráveis, como a redução do abono salarial e mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que exigiriam comprovações desnecessárias para pessoas com deficiência. Em seguida, celebrou a derrubada do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (Seguro DPVAT). Por fim, abordou a reforma agrária e a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre demarcações de terras indígenas, defendendo a regularização fundiária para libertar assentados das "amarras da Esquerda".

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos os Parlamentares.

Ontem, véspera de fechamento dos trabalhos desta Casa, no final de ano, tratamos da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2024, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2007. O Governo, que se diz a favor do povo brasileiro, apresentou essas matérias e, como dizemos, colocou um jabuti em cima do muro, colocou alguns jabutizinhos dentro de uma PEC em que propõe, de uma forma bem simples, para que ninguém perceba ou preste atenção, a diminuição do abono salarial. Isso só prejudica o cidadão lá da



ponta.

E tivemos outra surpresa. A Esquerda vive, dia e noite, dizendo que nós somos contra o povo brasileiro, que o Presidente Bolsonaro fez isso, fez aquilo. Mas quem está aqui hoje e que poderia desfazer ou corrigir algo, está colocando dentro de uma PEC termos que tiram direito do povo mais carente. Está lá o item que fala sobre o BPC. E hoje nós vamos falar também, aqui nesta Casa, sobre o BPC. No bojo do projeto, trazem situações ridículas. Quem precisa do BPC, porque tem um problema de saúde sério ou é uma pessoa com deficiência que não tem mais como corrigir a deficiência vai ter que provar que continua deficiente. Então, são absurdos, são burocracias com as quais querem, nada mais, nada menos, prejudicar o povo brasileiro.

Nós conseguimos, ontem, derrubar o DPVAT, ou seja, estamos fazendo o dever de casa. Estamos aqui com o propósito para o qual o povo votou em nós: defender o povo brasileiro, sem distinção.

Vou fazer um pedido aqui aos colegas. Graças a Deus, consegui o número de assinaturas necessárias para que, no ano que vem, possamos colocar em prática a CPI que trata das demarcações de áreas indígenas. Todos os Estados do Brasil estão sofrendo com essas demarcações feitas de forma absurda, sem transparência, não dando oportunidade para que a população faça a sua defesa. E, quando dão essa oportunidade, isso não é levado em conta. Então, no ano que vem, nós vamos ter, sim, a CPI das demarcações de áreas indígenas, e conto com o apoio de todos.

O colega que me antecedeu falou da reforma agrária. Não haverá reforma agrária, se não houver a entrega da terra, de fato e de direito, ao cidadão que está no assentamento. Precisamos da documentação, da regularização fundiária de verdade, para que esse cidadão seja liberto das amarras da Esquerda e possa produzir realmente, buscar financiamento com juros baixos, ser dono daquilo pelo que trabalhou tanto durante muitos anos.

O Brasil tem que acordar. Cidadão brasileiro, acorde! Ajude-nos a lutar por você! Não tem sido fácil, mas nós temos aqui homens e mulheres bravos, fortes, corajosos, lutando todos os dias para combater os jabutis que são colocados no meio de projetos. Quando você olha a capa do projeto, ele é lindo e maravilhoso. Diz lá que trata do fim dos supersalários, do fim disso e daquilo, mas, quando você olha o conteúdo, é só para ferrar o povo brasileiro. Então, ajude-nos, porque nós estamos aqui por você.

Obrigada, Presidente.



Sumário

O Deputado elogiou o Parlamento pela aprovação da reforma tributária, que simplificou impostos e contribuirá para a geração de empregos. Ademais, criticou o ajuste fiscal proposto pelo Governo Federal, que prejudica diretamente os mais pobres por meio das alterações nas regras do salário mínimo, do abono salarial e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), opondo-se à votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2024, que trata do ajuste fiscal, e da PEC nº 31, de 2007, que altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências. Ademais, enalteceu o Parlamento pela votação da lei orçamentária de 2024 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, defendeu a harmonia entre os Poderes e condenou o Poder Judiciário por interferir na execução orçamentária. Por fim, defendeu o orçamento impositivo e a rediscussão das emendas parlamentares, transformando as emendas de Comissão em emendas individuais impositivas.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Dr. Zacharias Calil.

Sras. e Srs. Deputados, chegamos ao fim do ano. Temos que fazer um balanço do que foi este ano. Trabalhamos muito, produzimos muito. Talvez tenhamos produzido a peça mais importante do Parlamento brasileiro para este ano, a reforma tributária, que é fundamental para a simplificação dos impostos, para dar uma dinâmica e uma competitividade para o Brasil gerar emprego e fazer as empresas crescerem.

O fim do ano, em que poderia haver a comemoração de tantas matérias importantes que nós votamos nesta Casa, matérias em prol do crescimento econômico, está se transformando numa melancolia, numa ansiedade por aquilo que talvez nos tenha faltado, o protagonismo necessário para colocar em perspectiva o Brasil, país "bilhardário", a oitava economia do mundo, diante da aflição que a sociedade brasileira vive hoje.

De novo, nós queremos transferir a conta da incompetência da administração pública do País, da administração dos recursos do País para os mais pobres. Isso é inadmissível! Nós não podemos ter como único fruto de uma PEC de ajuste fiscal as famílias que precisam do BPC, as famílias dos idosos. No Nordeste brasileiro, dois terços, dois em cada três aposentados no Sertão do Nordeste brasileiro — eu sou um caboclo nordestino —, são do BPC, porque não há empresa para assinar carteira. Há famílias que têm um filho com autismo, famílias que têm filho com deficiência. Estas famílias não podem ser vítimas, mais uma vez, da incompetência gerencial do País.



Por outro lado, nós temos, nos trabalhadores que recebem salário mínimo e abono salarial, também vítimas da sanha de buscar um ajuste fiscal em cima dos mais pobres. Isso também está errado! Nós temos que buscar um ajuste fiscal em cima da ineficiência do Estado, dos gastos desnecessários, dos subsídios para os ricos. A indústria mais rentável do mundo é a do petróleo, que, no Brasil, consome 260 bilhões de reais de incentivo por ano. Isso dá para cobrir quase quatro vezes e meia o rombo fiscal do País.

Diante disso, nós estamos aqui empoleirados diante da necessidade do Governo de mostrar um fim de ano compatível com a crise que nós estamos vivendo, além de uma insegurança generalizada na harmonia entre os Poderes. Nós fizemos o melhor Orçamento da história do Brasil para o ano de 2024. Fizemos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que respeitava o Parlamento brasileiro, uma lei que tinha a previsão da execução orçamentária embasada nos arts. 165 e 166 da Constituição Federal, lei da qual eu tenho o orgulho e o prazer de ter sido Relator.

No entanto, os Poderes foram dilacerados. Esta intromissão anacrônica de um Poder julgar o outro, de um Poder refazer as ações do outro está errada. Isso é que está gerando esta insegurança e está fazendo com que nós estejamos gritando hoje que temos um dólar e uma inflação batendo na nossa porta, exatamente por causa da desarmonia entre os Poderes. O Judiciário jamais poderia se abrigar de poder moderador e passar por aquilo que foi definido em lei, sancionado pelo Poder Executivo, pelo Presidente da República, mudando o roteiro da execução orçamentária. Isso criou uma balbúrdia. Isso tem um preço. O Brasil está pagando este preço. O preço disso é exatamente este momento angustiante que nós estamos vivendo, com um desarranjo fiscal.

Houve um crescimento real de arrecadação no Brasil de mais de 14% neste ano, só que a nossa despesa aumentou mais de 16%. Esse descasamento é que faz com que nós tenhamos que cobrir esse rombo. E, de novo, remete-se a conta para os mais pobres. Isso está errado, meus amigos. Isso precisa ser refeito. Isso precisa ser reconstruído numa harmonia entre os Poderes, num diálogo fundamental, para cada um exercer o seu papel na plenitude, sem tentar ultrapassar limites, sem tentar boicotar o outro.

Nós vimos, nesta semana, quando votamos a renegociação da dívida dos Estados, que lá se colocou um jabuti: não precisaria sequer votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou a Lei Orçamentária Anual para se executar o Orçamento de 2025. Se não tivéssemos essa visão antes que o Senado votasse, nós hoje seríamos desnecessários nesta Casa e não precisaríamos mais de nós. A lei mais importante que o Parlamento vota é a lei orçamentária. A fiscalização mais importante que o Parlamento faz é sobre a execução orçamentária.

Se há desvios no orçamento, se há má conduta de Parlamentar, de Prefeito ou de quem quer que seja na execução orçamentária, nós temos o Poder Judiciário, temos órgãos de controle, temos o Tribunal de Contas, temos o Ministério Público para atuar, prender e julgar aqueles que desviam recursos



públicos.

Não se pode penalizar a sociedade da forma como nós fomos penalizados neste ano. Inclusive, lá na minha cidade de Fortaleza, Capital do meu Estado do Ceará, o Instituto Doutor José Frota — IJF não tem recursos sequer para fazer cirurgias do cotidiano. Por quê? Estava na expectativa de receber transferência de recursos para manter o pagamento do custeio do hospital público que atende 40% do Estado do Ceará, mas, infelizmente, os recursos não chegaram. Isso está errado.

Esse compromisso e esse protagonismo devem ser, principalmente, do Poder Executivo. O Executivo é que deve harmonizar, em vez de ficar nessa competição, que não nos leva a lugar nenhum.

O Brasil precisa de um caminho. O Brasil precisa de um norte capaz de dizer que nós temos riquezas acumuladas, que nós temos potencial de crescimento, que nós temos condições de virar essa página. Precisamos de diálogo e de harmonia para votar as matérias com prazo para dissecá-las, com prazo para discuti-las, com prazo para encontrar um denominador comum, e não estar sempre sacrificando os mais sacrificados.

Esse momento é preocupante. Este Congresso Nacional, Câmara e Senado, precisa readquirir o seu papel histórico e não ficar se acovardando e se amoldando aos desejos dos outros Poderes, como aconteceu aqui quando tivemos a obrigação de votar a Lei Complementar nº 210, de 2024, para aceitar os ditames que o Poder Judiciário nos impôs sobre a execução orçamentária, para que, depois, essa Lei Complementar 210/24 não valesse absolutamente nada, porque o encaminhamento que foi dado para a execução orçamentária é exatamente o anterior ao que a lei estava propondo.

Então, meus amigos, é hora de nós também nos avaliarmos dentro desse processo, a fim de dizer que é nosso papel e nossa responsabilidade dar transparência para o poder público, em defesa exatamente dos indefesos, em defesa das mães sofridas que têm filhos com deficiência ou com TEA, em defesa dos aposentados, em defesa de quem ganha salário mínimo, que agora vai ter um desalinhamento com relação à inflação para pagar uma conta que não foi feita pelos trabalhadores que ganham salário mínimo.

Então, meus amigos, é impossível nós votarmos hoje essa PEC 45/24 junto com a PEC 31/07. Nós não temos condições de dar esse presente de Natal ao povo mais pobre do Brasil.

Eu tenho uma prima em Itapajé. Ela tem dois filhos autistas. Essa mulher é uma escrava dos filhos. Há dias e dias, Deputado Osmar Terra, Deputada Dra. Mayra Pinheiro, em que ela não consegue dormir, pela dificuldade de conseguir harmonizar os horários dos filhos com os horários dela. Ela não tem atividade social e é incapacitada para o trabalho, exatamente porque tem que cuidar da família. E nós aqui vamos puni-la? Nós vamos puni-la? Nós que somos sãos vamos puni-la? Não, meus amigos. Nós não temos condições de



fazer isso.

Vamos buscar os recursos onde há recursos abundantes. Vamos refazer a conta orçamentária. Vamos construir, finalmente, um orçamento 100% impositivo, porque, assim, ele não vai ser mais inchado, não vai ser mais amoldado para atender aos mais diferentes interesses políticos, pois será feito dentro da conta que há para se executar. Isso é que precisa ser feito. As grandes nações do mundo fazem assim. Por que nós temos que nos diminuir diante dessa necessidade? Esse é o papel do Parlamento.

Vamos rediscutir o problema das emendas parlamentares. Todo mundo aqui na Câmara dos Deputados, do porteiro ao Presidente, sabe que essas emendas de Comissões são um engodo. Vamos transformar essas emendas de Comissões em emendas individuais impositivas, para que os Parlamentares possam, sim, definir esses recursos e levá-los para os seus Municípios e para os seus Estados.

Eu fiz um *campus* da Universidade Federal do Ceará em Itapajé, coisa que muito me orgulha. Formamos 22 técnicos, no fim do mês passado, na área de tecnologia da informação. Tudo isso foi construído com emenda Parlamentar. Agora eu estou destinando parte das minhas emendas parlamentares para fazer capacitação de profissionais de fonoaudiologia e de terapia ocupacional, que precisam se qualificar para atender as necessidades das pessoas com transtorno do espectro autista.

Então, meus amigos, vamos trazer para nós a responsabilidade, vamos defender quem precisa ser defendido e vamos dar ao brasileiro uma condição de vida melhor. Esse Brasil melhor passa por não votarmos a PEC 45.

Documento 54/60

237.2024	Sessão Ordinária - CD	19/12/2024-12:56
Publ.: DCD - 20/12/2024	Dra. Mayra Pinheiro-PL -CE	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou os Parlamentares que votam proposições contrárias aos interesses do povo e que comemoram abusos de autoridade e perseguição contra os pares. Ademais, reprovou a reforma tributária e o Governo Federal pelo aumento da carga tributária. Além disso, condenou a elevação da taxa de juros e do valor do dólar. Adicionalmente, censurou a Câmara dos Deputados por apoiar o pacote fiscal que piora as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Condenou ainda a incineração de medicamentos e insumos com validade vencida por não terem sido eficazmente utilizados pelo



Ministério da Saúde. Por fim, reprovou o Governo Federal e os Parlamentares por apoiarem o arrocho fiscal.

A SRA. DRA. MAYRA PINHEIRO (PL - CE. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputado Dr. Calil.

Eu gostaria que a minha fala fosse retransmitida em todos os canais de comunicação desta Casa.

Ontem eu me perguntei como dorme a maioria dos Parlamentares desta Casa que vem aqui votar medidas contra o povo ou se manifestar de forma esquizofrênica — às vezes, eu tenho a sensação de que, para alguns, vivemos em *O Fantástico Mundo de Bobby* —, como se tudo estivesse bem no Brasil. Outros ainda vêm comemorar os abusos de autoridade e as perseguições contra os próprios pares.

A ordem atual do Governo é aumentar a carga tributária, arrecadar mais para pagar o rombo no Orçamento e continuar mentindo para o povo. Já temos o maior imposto sobre valor agregado do mundo, estabelecido através da reforma tributária, que vai chegar a 28,5%. A taxa SELIC está chegando a 17,5%. Isso significa que os investidores não acreditam mais que o Brasil pagará suas dívidas. O dólar bateu ontem 6,30 reais, e o real já é a moeda mais desvalorizada do planeta. Em 5 dias úteis, o Banco Central queimou 13 bilhões de dólares, ou seja, 5,5% da nossa receita líquida. Mas se decide, nesta Casa, incluir no pacote de gastos do Governo regras absurdas para alterar o Benefício de Prestação Continuada, trazendo humilhação, miséria, medo para milhões de brasileiros.

O mesmo Governo que traz para esta Casa a possibilidade de se votar medidas contra o Benefício de Prestação Continuada, não diz para os brasileiros que serão incinerados, pelo Ministério da Saúde, 368 milhões de reais, meus senhores, de medicamentos e insumos que estão sendo perdidos por incompetência e ineficiência da gestão da Pasta. Esse mesmo Governo que cobra do povo brasileiro um arrocho fiscal jamais visto na história, vai gastar 14 milhões de reais para a manutenção dos palácios presidenciais. E esse valor é referente somente a 1 ano.

De verdade, eu desejo aos Parlamentares que apoiam essas medidas que eles não sejam as próximas vítimas dos abusos de autoridade, da perda de liberdade; que eles não tenham nenhum filho com deficiência, nenhum membro da família com câncer. Desejo, de verdade, que nenhum dos Parlamentares que apoiam essas medidas precisem passar pelo sofrimento que muitos brasileiros estão passando e passarão.

Muito obrigada.



237.2024	Sessão Ordinária - CD	19/12/2024-12:44
Publ.: DCD - 20/12/2024 -	General Girão-PL -RN	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula, especialmente o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a política econômica e o arcabouço fiscal. Além disso, condenou o uso da Advocacia-Geral da União (AGU) para investigar as supostas notícias falsas que contribuíram para a elevação do dólar. Ademais, reprovou a Esquerda e o Partido dos Trabalhadores (PT) pela inflação dos preços dos alimentos e pela elevação de tributos decorrente da reforma tributária. Adicionalmente, sustentou o direito à ampla defesa e ao contraditório para os militares e os demais acusados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Por fim, condenou a ditadura do Poder Judiciário e manifestou confiança na eleição para Senadores em 2026.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Neste último dia de sessão, nós temos que repensar o Brasil.

Eu gostaria de pedir que a minha voz fosse repercutida no programa *A Voz do Brasil*, com os temas que nós vamos falar.

Por que o Brasil precisa repensar e ser repensado? O Governo Lula III acha que pode fazer a mesma coisa que fez nos primeiros Governos. Ele acha que o ambiente internacional é o mesmo. Ele acha que o ambiente do País é o mesmo. Nada disso é igual. Antes, ele destruiu o nosso País e, agora, ele está afundando o Brasil.

Eu até faço um trocadilho, porque o Ministro da Fazenda dele, o tal "Taxad", criou um plano chamado de arcabouço fiscal. Eu não o chamo de arcabouço fiscal, mas, sim, de "calabouço fiscal". Deputado Osmar Terra, nós estamos vivendo, sim, num calabouço: é escuro, não vemos saída, não há luz no fim do túnel. O "calabouço fiscal", criado pelo "Taxad", não tem fim. Em uma conversa com o Lula, o cara colocou o seguinte: "*Você entende de economia? Não? Nem eu. Então, está tudo bem. Nós não entendemos de economia*".

Hoje, uma matéria de um jornal está dizendo que o Governo está pressionando o Lula a falar sobre a alta do dólar, para ver se isso salva o País da alta do dólar. Inventaram que a alta é decorrente de uma *fake news* que foi publicada. A AGU já mandou investigarem isso. Eu não sei por que a AGU tem esses poderes agora. A Advocacia-Geral da União existe para defender a União.



Agora eles estão mandando investigar se houve *fake news*. Criaram um órgão de inteligência, um órgão investigativo, dentro da AGU? Nenhum servidor ali foi contratado ou fez concurso para isso. Essa é outra excrescência desse regime do PT.

O regime do PT está acabando com o Brasil, neste Governo do ilusionista descondenado de nove dedos. É ilusionista, sim! O que eles pregam é ilusão. As falas dos colegas que ficam ali do lado esquerdo mostram um país ilusório, um país fictício, um país que não existe. O brasileiro sabe que hoje não pode comprar carne, porque o preço da carne subiu assustadoramente. Ele vai ter dificuldade de comprar gêneros alimentícios básicos, porque essa reforma tributária, quando entrar em vigor, em 2026 — espero que consigamos reverter isso —, vai arrebentar com o País. Nenhum setor terá ganhos. Nós teremos o maior imposto do mundo. E a inflação está galopando, está subindo igual ao dólar, que vai chegar a 7 reais, porque, infelizmente, a gestão pública é uma causa perdida.

Agora, para concluir, Sr. Presidente, eu quero falar sobre as Forças Armadas. O nosso amigo General Braga Netto e outros militares foram presos com base em uma narrativa.

Eu quero me dirigir ao Comandante do Exército e ao Comandante da Marinha, que já teve um militar condenado. Não há provas de que eles tenham feito alguma coisa relacionada ao que aconteceu em 8 de janeiro. Quem depredou tem que ser punido. Porém, não temos como aceitar a punição de quem não depredou. Está faltando para eles o que os regulamentos disciplinares preveem: a ampla defesa e o contraditório. Cada militar, assim como qualquer outro cidadão brasileiro, tem direito à ampla defesa. Até o Lula teve direito à ampla defesa e ao contraditório, mas mentiu na televisão dizendo que não teve direito a isso. É um absurdo, mas estamos acostumados com as mentiras dele.

Sr. Comandante do Exército, General Tomás, o senhor deveria exigir a ampla defesa e o contraditório. Narrativas não podem levar ninguém à cadeia.

Eu lamento muito que o regime do PT esteja querendo fazer isso com o nosso País. Nós temos que reagir, sim. Nós não entramos na Câmara dos Deputados para ficar calados. Nós temos o direito de falar, o direito de falar. Eu uso desse meu direito para dizer que não podemos aceitar uma ditadura no País. A ditadura do Judiciário é, realmente, uma causa perdida no nosso País.

Por isso, 2026 vem aí e vamos eleger Senadores!



Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31, de 2007, que altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências. Ademais, defendeu a reforma tributária e o pacote de ajuste fiscal proposto pelo Governo e aprovados pelo Congresso Nacional, apontando a queda do dólar em relação ao real. Além disso, justificou o aumento valor do dólar como resultado da política de Donald Trump e devido à transferência, em dezembro, de recursos das empresas filiais situadas no Brasil para o exterior. Por último, destacou a queda do desemprego, o aumento da renda e o crescimento do País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "sim".

Ontem aprovamos a reforma tributária, o projeto de lei complementar, agora a PEC e, daqui a pouco, o PL. Eu acho que a Oposição não está entendendo o que está acontecendo. O dólar caiu, de forma muito consistente. O dólar teve a maior queda e chega a 6 reais e 10 centavos.

Eu sempre disse, Presidente, que essa questão do dólar se deve à política de Trump, que aumentou o valor do dólar em todo o mundo. Hoje, o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que há fatos atípicos acontecendo em dezembro. Ele explicou, Presidente, que neste período as empresas filiais transferem dinheiro para o exterior. Em dezembro isso sempre acontece, o câmbio sempre oscila.

O importante, depois dessas votações, é que os números do Brasil são de crescimento. A renda cresceu 3,5% e o desemprego diminuiu — está em 6,2%.

Então, esta votação é muito importante. Vamos votar hoje, porque vai ser muito importante para a economia do brasileiro e para o País.

O Governo encaminha o voto "sim".

Documento 57/60

237.2024	Sessão Ordinária - CD	19/12/2024-17:20
Publ.: DCD - 20/12/2024 -	Lindbergh Farias-PT -RJ	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

O Deputado celebrou a aprovação da reforma tributária, destacando sua importância histórica após 30 anos de estagnação. Ademais, ressaltou a queda recente do dólar e a intervenção do Banco Central, atribuindo a variação cambial a fatores naturais de mercado, como distribuição de lucros e dividendos no mês de dezembro. Além disso, defendeu a atuação do Governo Federal na redução do déficit fiscal, apontando que o Brasil fez um grande esforço fiscal em comparação com outros países do Grupo dos Vinte (G20). Adicionalmente, contestou a narrativa de crise econômica, elogiando o crescimento econômico, a queda do desemprego e a redução da pobreza. Por fim, expressou confiança na política econômica do Governo Lula e no novo Presidente do Banco Central.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., como Presidente, os Deputados e as Deputadas, porque ontem foi aprovada a reforma tributária. É importante ressaltar isso. Esse é um fato histórico. Há 30 anos ela não andava. Foi aprovado o projeto de lei complementar, vai ser aprovada a PEC e, daqui a pouco, vai ser aprovado o PL.

Senhores, eu vi muita gente falando sobre o dólar. Eu quero trazer uma boa notícia a esta Casa. O dólar caiu de 6 reais e 35 centavos para 6 reais e 10 centavos e vai cair mais. Esse debate foi feito de forma equivocada. A vitória de Trump causou o aumento do dólar em todo o mundo. Aqui, o dólar aumentou mais.

Há um segundo fato, reconhecido hoje pelo Presidente do Banco Central. Ele disse que há fatos atípicos em dezembro. Neste mês, saíram quase 8 bilhões de dólares do País. Não representavam investimentos, não. Sabem o que aconteceu? Nesse período, as filiais fazem remessa de lucros e dividendos para as matrizes no exterior. Esse é um fenômeno que acontece em todo mês de dezembro. Em todo mês de dezembro há variação cambial para cima, Deputado Alencar.

Outra questão é algo natural do mercado. O mercado de títulos atrelado ao câmbio cresceu muito no Brasil. Eles compram, às vezes, dólar a 7 reais e vão fazendo testes. Quando o dólar sobe, eles ganham dinheiro. Só que hoje entrou o Banco Central. Fizemos uma venda de 8 bilhões, das reservas que nós temos, que são de 380 bilhões, e o valor do dólar caiu. Isso é natural. O cara quer ganhar dinheiro. Se o Banco Central cruza os braços... Foi o que aconteceu recentemente. Roberto Campos Neto fez 127 intervenções ao longo do Governo do Bolsonaro, e, no Governo atual, fez só duas. O que acontece? Quando o Banco Central entra, quando o Estado entra e diz "*olhem, vamos comprar*", Deputado Renildo, o cara pensa duas vezes. Ele diz: "*Opa, não dá para ir contra o Banco Central. Não dá para ir contra o Governo. Eu não vou comprar dólar a 7 reais porque vou perder dinheiro*". O fenômeno é simples



assim. Esse é um jogo do mercado, com regras naturais.

Estou convencido de que essa questão do câmbio é central, de que o próximo Presidente do Banco Central, o Galípolo, tem uma estratégia, porque o câmbio se reflete nos preços de alimentos, Deputado Erika, no preço da carne, na vida das pessoas. Então, o Banco Central, com uma estratégia para conduzir bem isso, tem um papel muito grande.

Agora me deixem dizer isto aos senhores. Fico impressionado quando se alega que o dólar subiu por causa da questão fiscal, de gasto excessivo do Governo. Pessoal, não há inverdade maior. No ano passado, tivemos um déficit primário de 2,1% do PIB, 230 bilhões, se forem considerados os precatórios. Sem os precatórios, cai para 140 bilhões. Deputado Renildo, sabe o que vai acontecer? Nós vamos reduzir esse déficit para menos 0,25%, que é a banda de baixo do zero. O déficit de 230 bilhões vai cair para menos de 40 bilhões, e ninguém do mercado bate palmas. É impressionante! No caso do G20, o Brasil está entre os três países que realizaram o maior esforço fiscal, e parece que eles ignoram o que está sendo feito.

A mesma coisa ocorre em relação a este pacote. Tenho uma convicção. Do jeito que a situação está armada, em relação a tudo que se apresentar vão dizer: "*É pouco, é pouco, é pouco. Queremos mais, queremos mais*".

Eu tenho os números. É importante que todo mundo saiba que déficits estão acontecendo em todo o mundo. É uma situação estrutural depois da pandemia. Não há ninguém com superávit. Sabe qual é o déficit da Alemanha neste ano, Deputado Zarattini? É de quase 3%. O da China é de 6%; o dos Estados Unidos, de 4%. Isso ocorre também no Japão, na França. E são países desenvolvidos. Aqui, parece que temos que resolver o problema de uma vez só. É um processo. Agora, o que estamos fazendo e entregando é muita coisa. Esse discurso, portanto, é falso.

Pessoal, o que aumenta a dívida são os juros. Os senhores sabem quanto já pagamos e comprometemos de outubro de 2023 a outubro de 2024? Foram 869 bilhões! Isso é o que faz a dívida subir. De novo, qual é o déficit primário deste ano? É de 40 bilhões. O déficit nominal junta juros, mais de 860 bilhões, e os 40 bilhões do déficit primário. Isso me dói o coração, porque, a cada ponto da taxa de juros que se aumenta, são 55 bilhões a mais. Vejam, esse aumento de 1 e mais 2, que está lá na ata do COPOM para acontecer no próximo ano, significa 165 bilhões. Vamos bater um recorde, Deputado Renildo, de 1 trilhão em pagamento de juros! E o problema é um déficit de 40 bilhões? Isso não faz sentido. Temos que achar outro caminho.

Nesta semana houve quase uma política de cerco e aniquilamento por parte de um setor do mercado contra o Governo do Presidente Lula. Qual é a base disso? Nenhuma. A economia, que o mercado dizia que ia crescer 0,8% no ano passado, cresceu 3,2%. Vai crescer 3,5% agora. O desemprego chegou a 6,2%, o menor desde 2012. A renda, que é dinheiro no bolso do trabalhador, cresceu 11%. Saíram da pobreza 8 milhões de pessoas. Então, há um Brasil real e há



um outro fictício, em que querem arrumar crise.

Parabenizo o Banco Central por ter feito a intervenção. O Banco Central, o Estado, em momentos como esse, tem que agir. Parabenizo o Presidente da Câmara pelo esforço. Ontem, desconsideraram a reforma tributária. O normal, se houvesse um mínimo de razoabilidade, seria, ao se aprovar a reforma tributária, o mercado aplaudir. Não fez isso.

Quero dizer aos senhores que tenho muita confiança no Governo, na sensibilidade do Presidente Lula. Vamos desarmar essa bomba. Vamos ter um novo Presidente do Banco Central, que dialoga com o mercado. Tem que haver coordenação na política econômica. Hoje é um dia importante e mostramos que podem tentar fazer sabotagem, mas o Governo Lula vai dar certo e vai melhorar...

(Desligamento do microfone.)

Documento 58/60

237.2024	Sessão Ordinária - CD	19/12/2024-15:36
Publ.: DCD - 20/12/2024 -	Moses Rodrigues-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Relator orientou a bancada na votação do inciso XIV do artigo 212-A da CF, alterado pelo art. 1º da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2007, que altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências. Defendeu a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), destacando o aumento progressivo da complementação ao fundo, que garantirá mais recursos para ampliar as matrículas no ensino integral. Enfatizou que o texto fortalece a inclusão de novas vagas sem comprometer o financiamento educacional. Pediu o voto "sim" para assegurar essas conquistas e expandir o ensino integral no Brasil.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho aqui reforçar a importância de votarmos "sim", pela manutenção do nosso texto, o equivalente ao voto "não" ao destaque. Quero aqui dizer para os senhores com muita tranquilidade, os motivos pelos quais defendo a aprovação do texto.



Nós temos hoje um FUNDEB que vem em ampliação e foi uma conquista deste Congresso. Se você pegar o orçamento de 3, 4 anos atrás, verá que era algo em torno de 23 bilhões de reais a complementação. Hoje, no ano de 2024, nós temos 48 bilhões de reais de complementação ao FUNDEB. Em 2025, no próximo ano, vamos chegar a 55 bilhões de reais e chegaremos a aproximadamente 65 bilhões de reais, a partir de 2026, com toda a implementação chegando aos 23%.

O que quer dizer isso? Nós temos a capacidade de aumentar, sim, a inclusão de novas matrículas na escola de tempo integral. O destaque que nós estamos votando aqui é para que haja a possibilidade, no ano de 2025, de se retirar 10% da complementação, o equivalente a 5,5 bilhões de reais, um valor maior em quase 40% do que o orçamento investido na escola de tempo integral em 2024. Então nós precisamos votar "sim" para mantermos o texto e, mantendo o texto, trazermos tranquilidade para que haja, sim, novas matrículas na escola de tempo integral no ano de 2025.

Como eu falei aqui anteriormente, o nosso texto já faz também uma ampliação para 2026, quando nós vamos ter a possibilidade de ter no mínimo 10 bilhões de reais para novas matrículas na escola de tempo integral, até porque todo o financiamento do ensino integral hoje custa 60 bilhões de reais. Nós estamos falando aqui somente da continuidade da adesão, ou seja, da inclusão de novas matrículas, porque o FUNDEB, a partir do segundo ano, após a matrícula inicial, já mantém a escola de tempo integral, que já custa para o FUNDEB algo em torno de 60 bilhões de reais.

Então, nós temos aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a possibilidade de votar "sim", garantindo novas vagas para o tempo integral. E não estaremos só garantindo, mas também ampliando em 40% do que nós tivemos em 2024 para o ano de 2025 e, em 2026, ampliando em 150% do que nós tivemos agora em 2024, no mínimo. São conquistas que nós temos, sim, defendido e nas quais temos avançado.

Como eu coloquei aqui para V.Exas., nós militamos na educação como nossa primeira bandeira. Quero aqui um entendimento, porque este texto foi construído em consenso, Líder José Guimarães, ouvindo todo mundo. E lembro que o texto que veio do Governo falava em até 20%. Então, nós estamos garantindo aqui que o FUNDEB tenha força. A conquista deste texto foi trabalhada ouvindo os Parlamentares e todos para que nós pudéssemos conseguir um texto de consenso.

No primeiro turno, nós tivemos 344 votos e queremos conquistar uma nova votação para derrubar este destaque, votando "sim" ao texto original, garantindo mais matrículas em tempo integral a partir de 2025.

Votamos "sim".



237.2024	Sessão Ordinária - CD	19/12/2024-15:48
Publ.: DCD - 20/12/2024 -	Moses Rodrigues-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a aprovação do inciso XIV do artigo 212-A da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º da Emenda Aglutinativa nº 1 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31, de 2007, que altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências. Esclareceu ainda que a proposição não prejudica o piso salarial dos professores e nem o financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Por fim, defendeu a manutenção do texto para não prejudicar as escolas em tempo integral.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero trazer um esclarecimento.

Vi algumas preocupações quanto ao texto, especialmente na questão do piso salarial. Trago aqui a tranquilidade. Como eu disse na minha fala anterior, o FUNDEB vem crescendo nos últimos anos. Nós saímos de um patamar, de 4 anos atrás, de algo em torno de 23 bilhões de reais e passamos para 48 bilhões de reais. A matéria que nós aprovamos aqui foi uma conquista do Congresso Nacional, nos últimos anos.

No próximo ano, como eu disse, o FUNDEB, em 2024, parte da complementação da União, sai de 48 bilhões de reais e passa para 55 bilhões de reais, depois para 65 bilhões de reais. E ele continua crescendo. Então, isso garante que não vai haver nenhum tipo de mexida no piso salarial, embora saibamos que existem projetos que estão sendo discutidos.

Este nosso texto que nós aprovamos aqui, com 344 votos, precisa ser mantido, para dar sustentabilidade para a escola em tempo integral.

Então, quero aqui pedir mais uma vez que os Parlamentares votem "sim" a esta matéria, para que derrubemos este destaque. Se não votarmos assim, nós vamos trazer grandes problemas para a escola de tempo integral no ano de 2025 e nos anos seguintes.

Portanto, Sr. Presidente, peço que possamos manter o texto original, votando "sim" ao texto original e "não" ao destaque.



Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 60/60

237.2024	Sessão Ordinária - CD	19/12/2024-14:36
Publ.: DCD - 20/12/2024 -	Carlos Zarattini-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2007 , destacando o cuidado do Governo Lula em garantir que as medidas não causassem perdas para as pessoas mais necessitadas. Explicou que o ajuste fiscal proposto visa melhorar a qualidade do gasto público, especialmente em áreas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), evitando fraudes e garantindo que o recurso chegue a quem realmente precisa. Também abordou ajustes na política do salário mínimo, ressaltando que não houve retirada do aumento real, mas um ajuste fiscal para evitar a compressão de despesas essenciais. Defendeu a reforma tributária, que promete reduzir impostos e beneficiar a indústria e os trabalhadores. Finalizou pedindo voto favorável à proposta, visando fortalecer a economia e a qualidade de vida dos brasileiros.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, já votamos ontem um dos projetos, vamos votar hoje esta proposta de emenda à Constituição e vamos votar também o projeto de lei relatado pelo Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que tratam de um ajuste que o Governo vem fazendo em vários pontos que são despesas do Governo.

O Governo discutiu profundamente essas medidas. O Presidente Lula teve um cuidado especial com elas, para que não houvesse perda, retirada de direitos das pessoas que mais precisam neste País. É por conta disso que este projeto foi elaborado até com muito tempo, com muito debate, com muita discussão, para que fosse construído de forma que o povo brasileiro não tivesse perda, não tivesse nenhum problema.

O resultado são essas propostas devidamente discutidas e aperfeiçoadas no conjunto do Colégio de Líderes desta Casa, onde se debateu um a um dos pontos. Nós podemos afirmar que este relatório que estamos votando hoje e o que votaremos depois representam de fato o interesse e a opinião da maioria dos membros desta Casa.

É por isso que nós vimos aqui, para dizer ao povo brasileiro que essas medidas visam melhorar a qualidade do gasto no País, visam fazer com que políticas públicas nobres, como o Benefício de Prestação Continuada — BPC, sejam



melhor aplicadas, sejam devidamente aplicadas, visam garantir para aquelas pessoas que realmente precisam esse benefício e visam, ao mesmo tempo, evitar que haja qualquer tipo de desvio, qualquer tipo de favorecimento a pessoas que têm melhores condições de vida e acabam usufruindo fraudulentamente desse processo — é uma minoria, mas precisamos garantir que o recurso seja bem aplicado.

Da mesma forma, estamos aperfeiçoando outras medidas. O Governo precisou ajustar a política do salário do mínimo à política do arcabouço fiscal. Em nenhum momento se discutiu a retirada do aumento real do salário mínimo, mas se discutiu exatamente um ajuste, para que não haja, com o aumento do salário mínimo e conseqüentemente da Previdência Social, compressão de despesas que são fundamentais para o desenvolvimento do País, como as da saúde e da educação, como os investimentos em setores fundamentais. O gasto público tem que ser equilibrado.

Esta Casa está fazendo a avaliação criteriosa desse processo, uma avaliação com qualidade. Temos certeza de que vamos sair desse processo mais fortes, com o Brasil mais forte para enfrentar os graves problemas internacionais que começam a ser colocados.

Muita gente aqui fica brincando e festejando porque o valor do dólar subiu, mas não olha a política internacional, o que aconteceu esses dias, em termos de especulação, em todo o mundo, que levou todas as moedas a serem desvalorizadas em relação ao dólar, que tem levado a quedas bruscas nas bolsas de valores. Evidentemente, o Brasil não está fora desse mundo, o Brasil faz parte desse mundo. Está profundamente interligada a nossa economia à economia internacional. Nós temos que entender isso.

O Brasil precisa se proteger de um período duro que nós vamos ter, haja vista que um novo governo assume nos Estados Unidos, com uma política profundamente protecionista, profundamente nacionalista, de acordo com interesses que, muitas vezes, não enxergam o mundo como uma série de correlações entre países. Nós precisamos nos preparar. É exatamente isso o que este pacote propõe. Aqueles especuladores nacionais, aquela turminha que fica fazendo especulação com o dólar, está se aproveitando e conturbando o ambiente.

Mas isso não é um problema grave, porque nós temos visto a economia brasileira crescer de forma pujante, temos visto o índice de emprego crescer de forma pujante, e isso tem garantido melhoria na qualidade de vida do nosso povo.

A reforma tributária que nós aprovamos nesta Casa começa a ser implantada e vai trazer redução na carga tributária deste País, vai simplificá-la e vai favorecer a indústria nacional. São exatamente os produtos industriais aqueles que serão mais beneficiados. Por outro lado, essa mesma reforma tributária vai garantir que o povo trabalhador deste País pague menos imposto: não vai pagar imposto sobre os itens da cesta básica, sobre a carne, não vai pagar imposto



sobre água, telecomunicações, gás, energia elétrica. Isso vai baratear o custo de vida.

Nós precisamos assegurar que este processo econômico e político que está sendo construído no País, que representa de fato a reconstrução do nosso País, seja garantido. Que avancemos e façamos mais e mais políticas sociais, para garantir a qualidade de vida dos trabalhadores.

É por isso que pedimos voto "sim" a esta proposta de emenda à Constituição.
